

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

ANÁLISE DA ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS

Rodrigo Müller Silva

Florianópolis

2002

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

ANÁLISE DA ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária
Disciplina CNM – 5420 – MONOGRAFIA.

Acadêmico.: Rodrigo Müller Silva

Professor.: Nildo Ouriques

Área de Concentração.: Economia Internacional

Palavras-chaves.: 1- Integração
2- Desenvolvimento
3- Livre Comércio
4- Importação/Exportação


Florianópolis, setembro 2002

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ECONOMIA


ANÁLISE DA ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS

A Banca examinadora resolveu atribuir a nota 7,0 (sete), ao aluno na disciplina CNM 5420 – Monografia pela apresentação deste trabalho.

BANCA EXAMINADORA.:


Profº Nildo Ouriques


Profº Francisco Gelisnki


Wolney Roberto Carvalho

Muitas vezes a vida parece transcorrer numa cômoda rotina.
Mais ou menos difícil e inquietante.

Um trabalho novo, exercer a profissão, um casamento ou
uma separação, a chegada de um filho, por em marcha um
projeto, uma mudança de casa...., de país, uma atitude
interna ou externa diferentes: todos estes são fortes e
comovedores desafios.

Lídia Riba

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Nildo Ouriques pela paciência e contribuição na orientação deste trabalho.

A todos os professores pela instrução, dedicação e atenção que contribuíram para o desenvolvimento acadêmico durante o curso.

Aos que se seguem, toda a gratidão do fundo do coração.

À minha noiva, pela dedicação, carinho e compreensão.

Ao meu pai e minha mãe pelo, a quem devo tudo na vida.

Aos meus irmãos pelo companheirismo e fraternidade incondicional.

À minha Avó pela força que me proporciona.

À toda família por todos os momentos de união, alegria e felicidade.

A todos os meus amigos e colegas de muitas horas, que estavam juntos na mesma caminhada.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	viii
-------------------------------	-------------

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	ix
---	-----------

1. INTRODUÇÃO	01
----------------------------	-----------

1.1 O problema	01
----------------------	----

1.2 Importância do trabalho	05
-----------------------------------	----

1.3 Objetivos.....	06
--------------------	----

1.3.1 Objetivo geral	06
----------------------------	----

1.3.2 Objetivos específicos	06
-----------------------------------	----

1.4 Procedimentos metodológicos.....	07
--------------------------------------	----

1.5 Organização do estudo	08
---------------------------------	----

2. O QUE É A ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS (ALCA)	09
--	-----------

2.1 Considerações iniciais.....	09
---------------------------------	----

2.2 A ALCA e seus antecedentes.....	09
-------------------------------------	----

2.3 A estrutura das negociações.....	12
--------------------------------------	----

2.4 Análise da declaração dos princípios.....	18
---	----

2.5 Formulação e execução do plano de ação	21
--	----

2.6 A criação de mandatos dos nove grupos de negociação	30
---	----

2.6.1 Grupo de negociação de serviços	30
---	----

2.6.2 Grupo sobre investimentos.....	31
--------------------------------------	----

2.6.3 Grupo dos contratos públicos de governo.....	32
--	----

2.6.4 Grupo de negociação acesso a mercados	33
---	----

2.6.5 Grupo sobre a agricultura.....	34
--------------------------------------	----

2.6.6	Grupo de direitos da propriedade intelectual.....	35
2.6.7	Grupos de subsídios, anti-dumping e direitos de compensação	36
2.6.8	Grupo de política de concorrência.....	36
2.6.9	Grupo dos procedimentos aduaneiros e alfandegários.....	37
3.	OS IMPACTOS DO ACORDO ALCA NO COMÉRCIO INTERNACIONAL E NA POPULAÇÃO DAS AMÉRICAS	39
3.1	Considerações iniciais.....	39
3.2	Análise dos impactos do acordo no comércio internacional	39
3.3	Análise dos impactos da população das Américas	43
4.	A RELAÇÃO DA ALCA COM A AMÉRICA LATINA	47
4.1	Considerações iniciais.....	47
4.2	O imperialismo norte-americano	47
4.3	A ALCA e o liberalismo ou mercantilismo da América Latina	50
5.	A INTEGRAÇÃO DO BRASIL NA ALCA.....	56
5.1	Considerações iniciais.....	56
5.2	A ALCA interessa ao Brasil?	56
5.3	O desenvolvimento e os impasses do ALCA para o Brasil	59
5.4	Estudo de caso.....	61
5.5	Os setores de exportação e importação com o acordo ALCA.....	66
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
7.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	72

LISTA DE TABELAS

Tabela	Pág.
2.1 Cronograma das Presidências e Vice-Presidências do Comitê de Negociações Comerciais	15
2.2 Estrutura da ALCA	16
2.3 Cronograma de instalação da Secretaria Administrativa	17

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALCA	- Área de Livre Comércio das Américas
CNC	- Comitê de Negociações Comerciais
BID	- Banco Interamericano de Desenvolvimento
OEA	- Organização do Estado Americano
CEALC	- Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CEPAL	- Comissão Econômica para a América Latina
GATT	- Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
GATS	- Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços
OMC	- Organização Mundial do Comércio
NAFTA	- Acordo de Livre Comércio da América do Norte
MERCOSUL	- Mercado Comum do Sul
FMI	- Fundo Monetário Internacional
TEC	- Tarifa Externa Comum
CEE	- Comunidade Econômica Européia
EUA	- Estados Unidos
UE	- União Européia
OTC	- Obstáculos Técnicos ao Comércio
MSF	- Medidas Sanitárias e Fitossanitárias
ADPIC	- Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio
S.A	- Sistema Amortizado
DPIRC	- Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio
PIB	- Produto Interno Bruto
CNI	- Confederação Nacional das Indústrias
URSS	- União Soviética
OTAN	- Organização do tratado da América do Norte

CAPÍTULO 1

1 INTRODUÇÃO

1.1 O problema

Nos últimos anos verificou-se, simultaneamente, ao fortalecimento do sistema multilateral de comércio com a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), no surgimento de um expressivo número de blocos regionais; sendo que nesse cenário, os países das Américas se defrontam com o desafio de atuar em três esferas distintas: o aprofundamento e/ou alargamento dos blocos sub-regionais existentes no hemisfério; o processo de formação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA); e a implementação das novas regras da OMC.

A economia mundial entrou numa fase de tensões estruturais precedentes por sua abrangência planetária, onde essas tensões se manifestam desde os anos 80 nos países do Terceiro Mundo sob a forma de brusca elevação das taxas de juros dos mercados internacionais e de intensa drenagem de capitais.

As economias latino-americanas estão submetidas a pressões crescentes para desregular os seus mercados, o que acarretará efeitos diversos em função do grau de heterogeneidade de suas estruturas sociais; com isso surge o projeto para eliminação das tarifas alfandegárias como instrumento de política comercial e progressivamente unificado o mercado financeiro, o custo da transferência internacional de capitais tende a zero, temos uma nova fase do desenvolvimento capitalista cujos contornos estão sendo definidos.

O enorme desequilíbrio da conta corrente do balanço de pagamentos dos EUA é uma fuga para ajustar-se a essa globalização, traduzindo em transferência para este país parte da poupança disponível para investimento nos demais países, inclusive nos mais pobres, tal situação conduz modificações importantes nas relações internacionais desse país englobando os mercados dos EUA, Canadá e México, com a criação da zona de livre comércio.

Todo governo democrático comporta diversidade de opiniões, quanto maior essa diversidade, mais firme tem que ser a liderança.

As pessoas no governo atual seriamente preocupadas com as conseqüências da globalização indiscriminada que preconizam certos círculos de negócios, a respeito do projeto de criação da Área de Livre Comércio das Américas. Hoje vivemos uma fase de concentração de poder, favorecendo as grandes empresas, onde a tecnologia moderna estimula esse processo, sendo as forças políticas que moldaram a fisionomia do mundo atual.

A globalização tem conseqüências marcantes dos quais destaco a crescente vulnerabilidade externa e a agravação da exclusão social, sendo que nos EUA a exclusão social se manifesta como concentração da renda e da riqueza, e na Europa Ocidental, como desemprego aberto. Portanto, a globalização está longe de conduzir à adoção de políticas uniformes, onde a miragem de um mundo comportando-se dentro das mesmas regras ditadas por um super FMI existe apenas na imaginação de certas pessoas.

O grande desafio consiste em minimizar os males resultantes da perda de comando provocada pela globalização, o que requer políticas que tenham em conta a especificidade do país, pois se colocar a competitividade internacional como objetivo estratégico ao qual se subordina é instalar-se numa situação de dependência.

As profundas desigualdades existentes entre as distintas economias no continente americano dificultam uma situação equânime¹ no continente, de modo que todo o processo de integração, particularmente a criação de uma zona hemisférica de livre comércio, tende a gerar expectativas e receios por parte dos diversos setores envolvidos.

Após décadas de relativa indiferença entre a maioria dos países estadunidenses hoje envolvidos com a criação da ALCA, que se dirigiam aos mercados europeus ou estadunidenses, os países começaram a agrupar-se mais coesamente para defender seus pactos sub-regionais, receosos que se diluíssem com a implementação da ALCA. Apesar de recente, apontava para uma certa dúvida a respeito do prosseguimento dos mal estruturados e quase fossilizados acordos integracionistas existentes (Junior, 1999).

Entre os países com baixa materialidade e de economia periférica, com duvidosos êxitos em suas tentativas integracionistas e em seus acordos bilaterais, e sem condições de oferecer maiores resistências, muitos países viram uma grande oportunidade de fazer escoar seus produtos primários para o enorme mercado consumidor, representado pelos Estados Unidos da América e, em segundo lugar, o Canadá (Junior, 1999).

¹ Que apresenta ânimo sempre igual, inalterável.

Mesmo com poucas perspectivas expansionistas em suas relações comerciais, e com parques industriais não muito resistentes a crises e choques, a proposta estadunidense para a criação de uma área de livre comércio, a ALCA, foi recebida até com certa comemoração, por parte dos segmentos econômicos que vislumbraram ganhos imediatos com a abertura dos mercados, provocada pela redução das barreiras protecionistas. O parque industrial de muitos países, com a escassa e pouco competitiva produção de artigos manufaturados, poderá se retrair ao máximo com a eliminação das tarifas, única proteção dessas indústrias.

O Brasil se encontra em uma encruzilhada, de um lado, entra o despreparado em uma competição, onde parques industriais não podem sustentar-se por muito tempo em um regime comercial tão aberto, por causa de um governo, que durante décadas protegeu de forma paternalista, as indústrias ineficientes. Após tanto tempo, muitos industriais habituaram-se a esse protecionismo governamental, representado ora pela proibição de importação de certos produtos, ora pelo estabelecimento de quotas de importações, ora ainda pelo alto valor dos impostos de importação ou tarifas aduaneiras. E de outro lado o consumidor, que ganharia melhores produtos, baratos (pois no livre comércio as tarifas são suprimidas) e de mais alta qualidade.

A perspectiva que se abre para latino-americanos em geral, e brasileiros em particular, são de melhoria da qualidade de produtos e de quebra de diversas indústrias, o que aumentaria o desemprego. Sendo que a quebradeira não atingiria, por certo, a todas as indústrias, mas afetaria milhares delas, especialmente as de pequeno e médio portes. Com o início do acordo ALCA, daqui alguns anos, o apoio ao pequeno e médio empresário e/ou industrial será importante (Junior, 1999).

A ALCA, por um lado, trará melhores produtos e serviços, e por outro trará desemprego com o fechamento inevitável de muitas empresas; com isso a elaboração de programas governamentais, visando a criação de grupos de trabalho deve ser prioridade máxima.

Os acordos de livre comércio permanecem desconhecidos do grande público até que os seus efeitos começam a ser percebidos pela sociedade, é o que está acontecendo com as discussões e pressões para a criação da ALCA, esse amplo acordo de liberalização comercial e financeira que vem sendo criado no continente americano, sendo que a natureza secreta das

negociações e a abrangência dos temas nela incluídos são as principais características desse acordo.

A informação da ALCA, representa um acordo global que pretende não só uma área de livre comércio, mas também incluindo os serviços, os investimentos, as compras governamentais e as patentes, entre outros temas vitais para os países em desenvolvimento.

Na realidade, a ALCA constitui um amplo acordo de desregulamentação comercial e financeira que vai muito além da eliminação das barreiras tarifárias e não tarifárias, tendo consequências econômicas, sociais, trabalhistas, ambientais e culturais que não tem sido discutidas ou divulgadas publicamente.

A falta e a ausência de participação da sociedade civil nessas discussões constituem uma característica marcante do processo de negociação da ALCA, em que mal ou bem foram criados mecanismos de diálogo e consulta, a sociedade e aos parlamentos encontram-se excluídos, sendo que a ALCA vem sendo conduzida apenas pelos governos dos países envolvidos, com isso, configura um acordo antidemocrático.

O que pensar de um acordo que pretende estabelecer disciplinas comerciais e de concorrência entre os EUA, a maior economia do planeta, e o Haiti, um dos países mais pobres do mundo? Não é possível um acordo justo entre economias tão desiguais. Sem a adoção de mecanismos que visem a superação das enormes desigualdades econômicas existentes entre os países da região, a ALCA tende a agravá-las, aprofundando o processo de exclusão social e de dependência econômica (Jakobsen, 2002).

Assim, levando-se em consideração os problemas e as fases de negociação do acordo da Área de Livre Comércio da América, que está no ar desde 1990, busca-se neste estudo, a resposta ao seguinte problema:

Uma análise do acordo ALCA, em relação à eliminação progressiva das barreiras ao comércio e ao investimento, para unir as economias do Hemisfério Ocidental em uma única Área de Livre Comércio das Américas.

1.2 Importância do trabalho

A importância do estudo decorre das grandes negociações ocorridas nas economias das Américas, a partir da integração econômica e do livre comércio. O período transcorrido desde o início do acordo ALCA, nos proporciona analisar e tirar as primeiras conclusões da situação e dos efeitos das negociações através do plano de ação, de seus princípios e objetivos gerais, facilitando a participação integral de todos os países eliminando as barreiras ao comércio e ao investimento.

Os efeitos da abertura comercial entre os países americanos, sobre a economia dos novos países envolvidos no acordo, criando mecanismos mais sólidos que incentivem e projetam o fluxo de investimento produtivo no Hemisfério e promovem o desenvolvimento e a integração dos mercados de capital.

Ao analisar a ALCA, por exemplo, onde reforçou e renovou um sistema imperial mundial sob a hegemonia norte-americana, incluindo seu sistema monopolista de meios de comunicação e de propaganda ideológica; e a ALCA no Brasil, significa muito mais do que uma associação a um acordo de livre comércio, que por si só produzirá a perda da capacidade de satisfação e aprimoramento do parque produtivo.

O fato do livre comércio, ser sem restrições e sem medidas, como isso afeta a América Latina no plano político, econômico e social, sendo que todos os governos estão expostos a ameaças sancionadas por empresas transnacionais de serviços.

A plena implantação da ALCA significará tarifa zero para pelo menos 85% dos produtos, isso fará com que ocorra um deslocamento do Brasil nos mercados da região, inclusive dos produtos industrializados vindos com tarifa zero dos EUA. Várias empresas no Brasil só exportam devido a este recurso, não são competitivas e teriam sérios problemas com a ALCA (Jakobsen, 2002).

Para tanto, é necessário multiplicar os estudos setoriais sobre os possíveis impactos da ALCA, pois se não for negociada corretamente, o Brasil tem muito a perder. Por um lado nos trará melhores produtos e serviços mais baratos e de alta qualidade com tarifa zero, mas por outro lado ocorrerá o fechamento e a quebra de diversas indústrias o que aumentaria o desemprego.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Verificar a importância da implantação da ALCA, para a economia dos países envolvidos, enquanto processo de eliminação progressiva das barreiras ao comércio e ao investimento, unindo as economias do Hemisfério Ocidental.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Analisar os seus antecedentes, identificando seus princípios e o plano de ação como decisões para o lançamento das negociações;
- Algumas implicações do acordo ALCA, nas mudanças política, econômica e social, em relação a integração dos países envolvidos.
- Identificar as vantagens e os benefícios propiciados por este acordo;

1.4 Procedimentos metodológicos

O trabalho proposto está centrado na análise da implantação do acordo ALCA para a economia dos países envolvidos, no processo de eliminação às barreiras ao comércio e ao investimento, unindo as economias do Hemisfério Ocidental. Neste sentido, o método básico adotado para a resolução do problema consistiu na análise descritiva, destacando-se os fatores mais importantes ao longo do tempo. Ou seja, o método aplicado inclui no decorrer da sequência histórica, os quais são importantes para mostrar os impactos do acordo nas principais economias dos países envolvidos sobre o livre comércio.

A base teórica da pesquisa é encontrada nos campos da teoria da economia internacional e da economia brasileira, tendo seu foco na construção de novos caminhos de integração econômica dos países das Américas.

Foram analisados os impactos do acordo ALCA no comércio internacional, e na população das Américas, sendo que a avaliação da Área de Livre Comércio tornou-se mais relevante em relação aos planos políticos, econômicos e sociais da América Latina e do Brasil.

1.5 Organização do estudo

Considerando o problema de pesquisa e o delineamento adotado, o estudo assume uma divisão em cinco capítulos.

O capítulo introdutório contempla a contextualização e a relevância do tema, bem como o problema de pesquisa. Na sequência, são definidos a importância e os objetivos geral e específico do trabalho. Adicionalmente, é apresentado o procedimento metodológico e a organização do estudo.

O segundo capítulo trata da descrição e análise da declaração dos princípios e do plano de ação utilizados no desenvolvimento da ALCA, estabelecendo uma estrutura e objetivos gerais para guiar as negociações.

No terceiro capítulo será analisado os impactos do acordo ALCA, no comércio internacional em relação os blocos econômicos já existentes e a inclusão de novos grupos de negociação, e em seguida procura-se mostrar os impactos na população das Américas.

O quarto capítulo trata a relação da ALCA com a América Latina, tendo como ponto de partida o imperialismo estadunidense, e de como foi gerado este acordo pelo liberalismo ou mercantilismo da América Latina.

E no quinto capítulo, analisa a participação do Brasil em um acordo de livre comércio, o seu desenvolvimento, as inúmeras e profundas implicações econômicas, políticas e sociais em relação às estratégias de poder global dos EUA.

Para finalizar, o último capítulo, é destinado para as conclusões do estudo da ALCA sobre as vantagens e consequências nas economias dos países envolvidos neste acordo.

CAPÍTULO 2

2 O QUE É A ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS (ALCA)

2.1 Considerações iniciais

O objetivo deste capítulo é definir a Área de Livre Comércio das Américas, analisando e verificando os antecedentes desse processo, na sequência a estrutura das negociações.

A premissa básica dos governos é de que o processo de negociação da ALCA seria transparente e levaria em consideração as diferenças nos níveis de desenvolvimento e no tamanho das economias, facilitando a participação integral de todos os países, onde se eliminarão progressivamente as barreiras ao comércio e ao investimento, e também concluir as respectivas negociações até o ano de 2005.

Verifica-se também a descrição da declaração dos princípios e do plano de ação, onde estes serão utilizados na análise da ALCA, estabelecendo uma estrutura e objetivos gerais para guiar as negociações, em seguida o estudo da criação de mandatos específicos de ministros e do CNC dos nove grupos de negociação.

2.2 A ALCA e seus antecedentes

A ALCA, ou Área de Livre Comércio das Américas, acordo feito com o objetivo de unir as economias do Hemisfério Ocidental em uma única área de livre comércio.

Os antecedentes da ALCA estão relacionados com dois diferentes processos de desenvolvimento no hemisfério, de um lado os EUA, que após a independência consolidou seu território e sua vocação industrial e expansionista, para a seguir tomar da Inglaterra o mercado latino-americano e a hegemonia² política na região (Jakobsen, 2002).

O processo de integração hemisférica começou a desenvolver-se de maneira mais acentuada a partir de 1990, com algumas variações que permitiram adaptar seu núcleo central

² Supremacia de uma cidade ou estado.

às necessidades de hoje, e mais exatamente à atual situação política-econômica dos EUA, o antigo projeto ressurgiu através da iniciativa das Américas, lançada em junho pelo presidente norte-americano George Bush.

A iniciativa visava acompanhar as transferências políticas e econômicas em curso na América Latina e oferecer uma nova modalidade de relacionamento dos EUA com a região centralizada no comércio, nos investimentos e na solução do problema da dívida, objetivando criar uma zona de livre comércio hemisférica, que se estenderia do Alasca à Terra do Fogo (Jakobsen, 2002).

Em 1993, o Brasil propõe acordos de livre comércio com outros países da América do Sul, surgindo o Mercosul (Mercado Comum do Sul), com isso, nesse mesmo ano ocorreram dois fatos relevantes:

1- A conclusão das negociações do NAFTA ou Acordo de Livre Comércio da América do Norte, entre México, Canadá e EUA em vigor desde 1º de janeiro de 1994; e,

2- Conclusão dos acordos multilaterais da Rodada Urugui em dezembro de 1994, que culminaram com a criação da OMC.

O acordo reiniciou em dezembro de 1994, com a Cúpula das Américas em Miami, onde os chefes de Estado e de Governo de 34 países da América do Norte, Central e do Sul e do Caribe (com exceção de Cuba), decidiram construir a ALCA, um compromisso envolvendo a integração econômica e a justiça social, na qual se eliminarão as barreiras ao comércio e ao investimento.

Os Ministros de Comércio do Hemisfério já se reuniram quatro vezes para formular e executar um plano de ação, princípios e objetivos gerais. A primeira reunião ocorreu em Denver, nos Estados Unidos; a segunda em Cartagena, na Colômbia; a terceira em Belo Horizonte, no Brasil; e a quarta em San José, na Costa Rica (FTAA, 2000).

Em junho de 1995, ocorreu a primeira reunião ministerial do processo hemisférico, em Denver, onde nessa reunião foram constituídos sete grupos de trabalho para preparar o início das negociações sobre a base dos acordos sub-regionais existentes e de forma compatível com as obrigações previstas na OMC.

Foi realizada a segunda reunião ministerial em março de 1996, na cidade de Cartagena na Colômbia, sobre o comércio, onde formou-se mais quatro grupos adicionais de trabalho e proclamado o objetivo de progressos concretos até final do século.

Na cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais, em maio de 1997 sediou a terceira reunião ministerial, onde foi definido o formato e a organização do início das negociações.

A quarta reunião foi realizada, em março de 1998, em San José da Costa Rica com o propósito de contribuir para a expansão do comércio mundial, assumindo um caráter definitivo.

A ALCA tem como objetivo o estabelecimento de uma área de livre comércio englobando a troca de bens e de serviços, de produtos agrícolas, assim como a liberalização dos fluxos de investimentos, compras governamentais e comércio eletrônico; podendo coexistir com acordos bilaterais e sub-regionais na medida em que os termos desses acordos não estejam previstos nos direitos e obrigações da ALCA, o que pode ser interpretado como uma garantia para o Mercosul e outros blocos sub-regionais, e com isso, os países poderão negociar a ALCA e aderir à mesma individualmente ou como membros de um grupo de integração sub-regional que negocie em bloco (FTAA, 2000).

Os líderes concordaram que o acordo de negociação da ALCA seria transparente e levaria em consideração as diferenças nos níveis de desenvolvimento e tamanho das economias participantes, a fim de facilitar a participação integral de todos os países (FTAA, 2000).

Do ponto de vista comercial, a ALCA é a negociação sobre a reciprocidade de acesso a mercados agrícolas, industriais e de serviços entre países ricos, pobres e emergentes. Para obter reciprocidade de acesso à mercados, o EUA precisa negociar um conjunto de questões, as chamadas medidas facilitadoras de comércio que são: serviços; investimentos; contratos públicos; acesso a mercados; agricultura; direitos de propriedade intelectual; os subsídios, leis nacionais antidumping, medidas compensatórias e de defesa da concorrência, além de detalhes complexos sobre regras de origem, procedimentos aduaneiros, barreiras técnicas, tarifárias e não-tarifárias e salvaguardas³ ao comércio.

O que mais chama atenção no processo negociador da ALCA, é a ausência do debate sobre as profundas desigualdades e diferenças dos níveis de desenvolvimento entre as nações

³ Proteção concedida por uma autoridade, servindo como uma garantia.

do acordo e a falta de ações que tratem do impacto sobre as regiões, estados ou províncias que vivem em situação de subdesenvolvimento.

2.3 A estrutura das negociações

São três comissões e nove grupos que tratam de questões relevantes relacionadas às negociações dentre eles: o primeiro, criado pelos ministros o Comitê de Representantes na Participação da Sociedade Civil, para facilitar a participação dos representantes da comunidade empresarial e de grupos de trabalhadores, de ativistas do meio-ambiente, e de grupos acadêmicos; o segundo, é o Comitê Conjunto de Especialistas Governamentais e do Setor Privado em Comércio Eletrônico, estabelecido para estudar como ampliar os benefícios a serem derivados do mercado de comércio eletrônico no Hemisfério; e o último, um grupo consultivo sobre economias menores, que acompanha os progressos da negociação segundo as recomendações do CNC (FTAA, 2000).

Em primeiro lugar analisaremos o Comitê de Representantes Governamentais sobre a Participação da Sociedade Civil, como mecanismo para cumprir com o compromisso e a satisfação do ponto de vista dos indivíduos e organizações do hemisfério.

A consideração ao mandato ministerial dado a este comitê de proporcionar um processo de participação crescente e sustentado dos distintos setores da sociedade civil, assim como seu interesse em que estes continuem a enviar suas contribuições sobre os assuntos de relevância para a ALCA e tendo em vista a disponibilidade do rascunho do acordo ALCA na página da Internet.

Já no Comitê do Comércio Eletrônico, o modo em que as novas tecnologias de telecomunicação influenciam na cobrança de impostos nas vendas, o valor adicionado, ou qualquer outro imposto indireto é uma questão muito mais importante para os governos, como para as companhias.

As novas tecnologias que protegem a segurança dos pagamentos eletrônicos representam uma oportunidade de forma que os governos melhorem os serviços que oferecem aos consumidores, que se preocupam com a manipulação de impostos.

O uso crescente das tecnologias eletrônicas nas transações comerciais representa uma oportunidade para melhorar a eficiência dos sistemas de administração de impostos, mas ao

mesmo tempo representa um desafio à cobrança de impostos em vendas ou sobre o valor somado no comércio eletrônico.

O número de usuários da Internet no mundo aumentou de 23 milhões em 1996, para aproximadamente 100 milhões durante janeiro de 1998, porém ainda são muitas companhias e consumidores relutante em levar a Internet, como um negócio importante devido à inexistência de uma atmosfera legal previsível que governa as transações. Embora no caso do comércio eletrônico entre companhias existem regras específicas que assegurem a proteção das transações (FTAA, 2000).

Os consumidores mostraram a preocupação sobre a privacidade da informação pessoal e financeira, sendo o que perturba é a facilidade com que estas informações podem ser descobertas ou serem adquiridas uma vez por pessoas autorizadas na Internet, que gerou casos de roubo de identidade, e por outro lado acontece que algumas companhias obtêm a informação sobre os consumidores sem seu conhecimento gerando a invasão da privacidade.

O conceito de privacidade obtém três aspectos: no primeiro, o direito existe para desfrutar de uma certa vida pessoal livre de interrupções ou intrusões impróprias; em segundo o direito existe para se comunicar com outras pessoas sem uma vigilância que ninguém quer; e o último o direito para controlar o acesso à informação sobre a própria vida pessoal (FTAA, 2000).

A ameaça mais séria para a privacidade é a capacidade crescente da tecnologia da informação para juntar e distribuir informação pessoal, acumulando diariamente em bancos de dados eletrônicos.

Por conseguinte, o objetivo da criação de um regime de aplicação de privacidade, estabelecendo uma relação de confiança baseado em princípios concordados entre companhias e clientes em um ambiente em que eles são mais comuns aos meios eletrônicos de juntar, armazenar, transmitir, processando e usando dados pessoais; e a liberalização do comércio de bens e serviços dá um caráter mais transnacional ao ajuntamento, armazenamento, acesso, transmissão ao uso dos dados pessoais.

A Internet criou uma situação, onde podem ser providos muitos serviços sem o provedor estar fisicamente estabelecido no país. Os provedores de serviços que cruzam fronteiras por via Internet não precisam de pessoal, escritórios ou equipes no país do consumidor.

O Comitê de Assuntos Fiscais elaborou na análise de tópicos fiscais relacionada com o comércio eletrônico, adotando em junho de 1998, princípios fiscais em quatro áreas: nas normas fiscais internacionais, nos impostos para o consumo, na administração fiscal, e nos serviços para o contribuinte.

A verificação da informação entre departamentos e o controle podem contribuir na execução de leis sobre impostos entre várias jurisdições entre países. Por outro lado, nas jurisdições onde algum imposto é acrescentado ao preço de venda de produtos ou serviços, podem fazer o comércio eletrônico se associar aos custos de administração, onde tais impostos cresça dentro do processo jurisdicional de transações.

Com o crescimento do volume das transações de baixo valor que cruzam as fronteiras, os governos precisam medir conseqüências desse fenômeno em geral nas rendas e nos fundos da dívida pública, e ao mesmo tempo as companhias e os consumidores deveriam saber quando e onde tem que pagar impostos sobre os bens e os serviços eletronicamente adquiridos, podendo melhorar a troca de informação nacional niveladas por tratados bilaterais e multilaterais.

As tecnologias novas ampliam os impostos dos bens e serviços, e dos bens tangíveis e intangíveis sendo que, um programa de computação pode ser considerado bem, ou um serviço, ou como propriedade intelectual num problema de caracterização para determinar o tipo de imposto que geraria a sua venda na Internet.

E por último, o Comitê de Negociações Comerciais (CNC), responsável pelo gerenciamento das negociações da ALCA, rege o trabalho dos grupos de negociação e outras comissões, e decide sobre a arquitetura geral do acordo e questões institucionais. O CNC terá um Presidente e um Vice-Presidente, selecionando para cada grupo de negociação um Presidente e um Vice-Presidente, sendo que reunir-se-á tantas vezes quantas sejam necessárias, e não menos do que duas vezes ao ano.

O CNC assegura a participação integral de todos os países no acordo ALCA, supervisionando a secretaria administrativa, identificando e implementando as medidas de facilitação dos negócios, em particular as preocupações das economias menores e aquelas relativas a países com diferentes níveis de desenvolvimento.

Com a elaboração do CNC, haverá liberalização progressiva nos bens agrícolas, serviços, investimentos e compras do setor público, sendo que as ofertas serão condicionadas

ao resultado geral das negociações. O acesso de um país para as ofertas dos outros países, só poderá ser efetivada uma vez que o mesmo apresentou sua oferta respectiva, com isso, no ambiente da negociação o universo inteiro estará sujeito a negociação de tarifa, onde a eliminação de tarifa será linear, sendo que cada país fará sua oferta significativa para a eliminação imediata das tarifas.

O calendário e os ritmos para a eliminação progressiva de tarifas terão quatro fases: uma de imediato, a segunda não mais de 5 anos, a próxima não superior a 10 anos, e a última com períodos maiores.

A organização das negociações da ALCA será conduzida sob uma estrutura flexível que assegura ampla representação geográfica dos países participantes, prevendo um rodízio a cada 18 meses, sendo que os países designados ao exercício da presidência do acordo da ALCA por períodos sucessivos foram: o Canadá, a Argentina, o Equador, o Brasil e os Estados Unidos, como mostra o quadro 01 a seguir.

**TABELA 2.1 – Cronograma das presidências e vice-presidências do
Comitê de Negociações Comerciais**

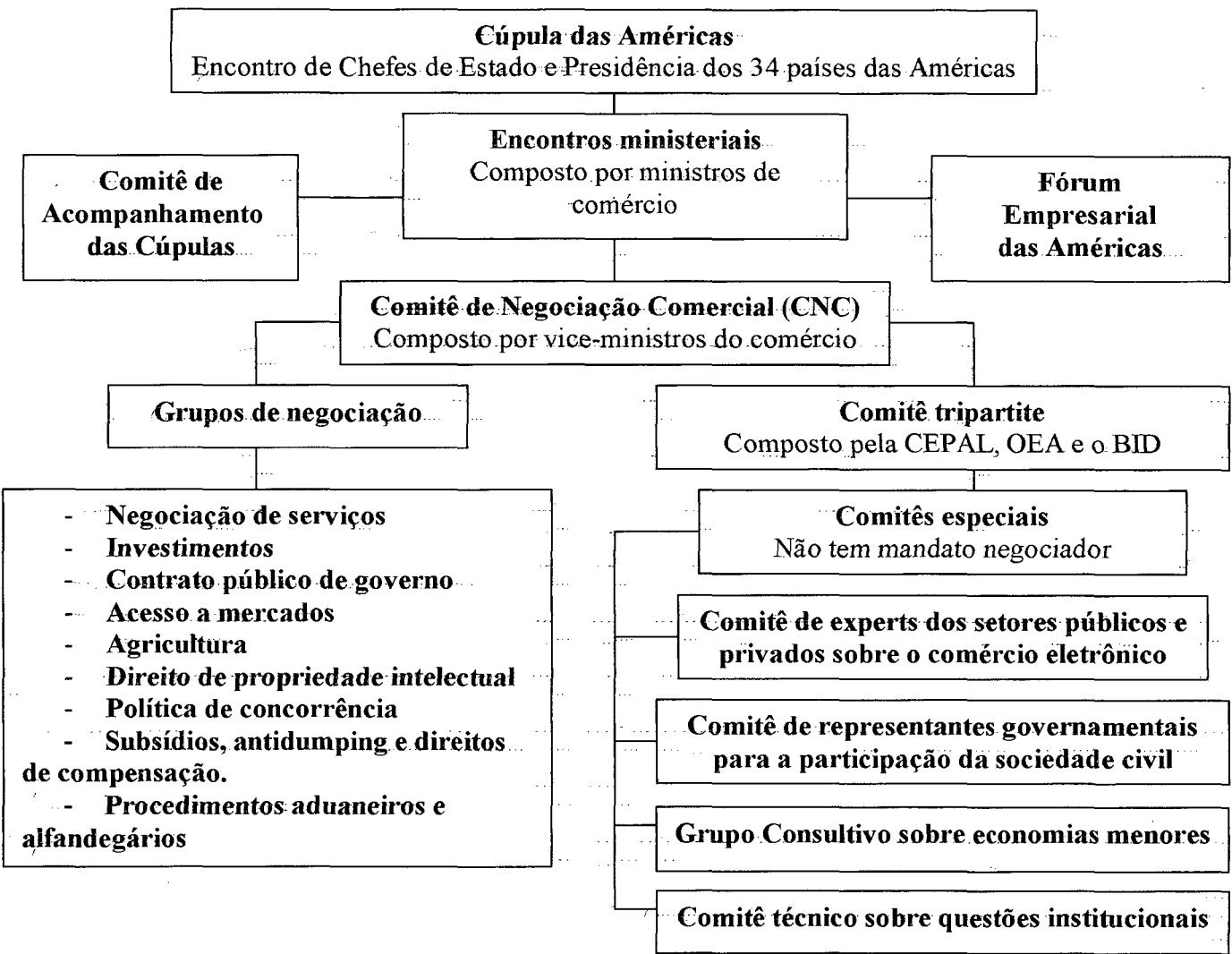
	De maio de 1998 a outubro de 1999	De novembro de 1999 a abril de 2001	De maio de 2001 a outubro de 2002	De novembro de 2002 a dezembro de 2004
PRESIDÊNCIA	Canadá	Argentina	Equador	Co-presidência Brasil e EUA
VICE PRESIDÊNCIA	Argentina	Equador	Chile	-

Fonte: JAKOBSEN, K.; MARTINS, R. **ALCA Quem ganha e quem perde com o livre comércio nas Américas**. São Paulo: Coleção Brasil Urgente, Ed. Fundação Perseu Abramo, p.16, 2002.

Foram estabelecidos nove grupos de negociação da ALCA com mandados específicos de Ministros e do CNC para negociar os textos nas suas áreas específicas, que deveram identificar e examinar as medidas relacionadas ao comércio em cada área, identificando abordagens possíveis para as negociações.

A estrutura da ALCA, sua divisão em relação a Cúpula das Américas e os encontros ministeriais e o Comitê de Negociações Comerciais estão bem definidos no quadro 02 a seguir (Jakobsen, 2002).

TABELA 2.2 – Estrutura da ALCA



A Comissão Tripartite formada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Organização do Estado Americano (OEA) e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEALC), proporcionando apoio analítico, técnico e financeiro para o processo, atendendo solicitações de assistência técnica relacionadas aos assuntos ALCA, especialmente das economias menores do Hemisfério.

A Secretaria Administrativa da ALCA, localizada no mesmo local das reuniões dos grupos de negociação, fornecendo apoio administrativo e logístico, controlando o arquivo oficial das negociações, fornecendo serviço de tradução e interpretação, nos mostra o cronograma de sua instalação no quadro 03 logo abaixo.

TABELA 2.3 – Cronograma de instalação da Secretaria Administrativa

Miami, Estados Unidos	de 1º de maio de 1998 a 28 de fevereiro de 2001
Cidade do Panamá, Panamá	de 1º de março de 2001 a 28 de fevereiro de 2003
Cidade do México, México	de 1º de março de 2003 a 31 de dezembro de 2004

Fonte: JAKOBSEN, K.; MARTINS, R. **ALCA Quem ganha e quem perde com o livre comércio nas Américas**. São Paulo: Coleção Brasil Urgente, Ed. Fundação Perseu Abramo, p.16, 2002.

Podem ser identificadas três fases no processo de negociação do ALCA:

A primeira que vai de 1994 quando sua proposta foi lançada, até 1998 quando tiveram início efetivamente as negociações para a sua implementação, sendo esse período caracterizado pela definição dos princípios, objetivos gerais e prazos das negociações para o estabelecimento da ALCA.

A segunda fase se estende de 1998 com as negociações, até 2002, onde estão sendo realizados os acordos e identificadas as áreas de convergência e divergência em cada um dos temas em negociação.

A decisiva e terceira fase das negociações terá início em 2002, quando o Brasil e os EUA assumem a co-presidência do processo, sendo que os EUA aprovam a proposta de criação do Comitê de Comércio Eletrônico, área em que são hegemônicas e que terá um papel decisivo nas próximas etapas de implementação do acordo.

2.4 Análise da declaração de princípios

Pela primeira vez na História, os Chefes de Estado e de Governo eleitos das Américas assumem o compromisso de fazer avançar a prosperidade, os valores e as instituições democráticas e a segurança do nosso Hemisfério.

As Américas são sociedades democráticas, embora enfrentem diferentes desafios de desenvolvimento, estão unidas na busca da prosperidade por meio de mercados abertos, da integração hemisférica e do desenvolvimento sustentável.

Os Chefes de Estado e Governo, determinados a consolidar e levar avante laços mais estreitos de cooperação e a transformar nossas aspirações em realidades concretas.

A união aos princípios do Direito Internacional e aos propósitos e princípios consagrados na Carta das Nações Unidas e na Carta da Organização dos Estados Americanos, inclusive os princípios de igualdade soberana dos Estados, de não-intervenção, de auto-determinação e de solução pacífica de controvérsias.

Reconhecendo a heterogeneidade e diversidade dos nossos recursos e culturas, assim como estamos convencidos de que, mediante a formação de sólidos vínculos associativos, podemos avançar nos interesses e valores comuns.

Os principais princípios que regem as negociações da ALCA, inclui esses, entre outros:

- i) As decisões serão tomadas por consenso;
- ii) As negociações serão conduzidas de uma maneira transparente;
- iii) A ALCA será consistente com as regras e disciplinas da OMC e deverá seguir essas regras e disciplinas sempre que possível e apropriado;
- iv) Constituirá um compromisso único, sendo que nada é decidido até que todos estejam de acordo;
- v) A ALCA poderá coexistir com acordos bilaterais e sub-regionais e os países poderão negociar e aceitar as obrigações da ALCA individualmente ou como membros de um grupo de integração sub-regional, e;
- vi) Atenção especial será dada às necessidades das economias menores.

A Carta da OEA (FTAA, 2000) estipula que:

“A democracia representativa é indispensável para a estabilidade, paz e desenvolvimento social e econômico da região; único sistema político que garante o respeito aos direitos humanos e o estado de direito e salvaguarda a diversidade cultural, o pluralismo,⁴ o respeito pelos direitos das minorias e a paz nas nações”.

A democracia eficaz exige um ataque global à corrupção como fator de desintegração social e deformação do sistema econômico que solapa a legitimidade das instituições políticas.

O progresso econômico contínuo depende de políticas econômicas adequadas de um desenvolvimento sustentável e de setores privados dinâmicos, sendo elemento essencial para a prosperidade e o comércio sem barreiras, sem subsídios, sem práticas desleais e com fluxo crescente de investimentos produtivos.

Nessa declaração de princípios, os Chefes de Estado fundamentaram a criação da ALCA afirmando que:

“Para os defensores a eliminação de obstáculos ao acesso ao mercado de bens e serviços entre os nossos países promoverá o crescimento econômico. Uma economia mundial em expansão também aumentará a prosperidade interna, onde o livre comércio e a integração econômica progressiva são fatores essenciais para elevar os padrões de vida, melhorando as condições de trabalho dos povos das Américas e protegendo o meio ambiente” (JAKOBSEN, K.; MARTINS, R., 2002).

A suposição dos defensores da ALCA, é que com a criação de mercados mais abertos, transparentes e integrados, por isso entende-se que criando mecanismos mais sólidos onde incentivam e projetam o fluxo de investimento produtivo no Hemisfério e promovem o desenvolvimento e a integração progressiva dos mercados de capital.

⁴ Sistema político que se baseia na coexistência de grupamentos ou de organismos diferentes e independentes em matéria de administração ou de representação.

O financiamento do setor privado e de instituições financeiras internacionais, em prol da criação de uma infra-estrutura hemisférica, em campos tais como telecomunicações, energia e transporte, que possibilita a eficiente movimentação de bens, serviços, capital, informação e tecnologia que são os fundamentos da prosperidade.

Os frutos da estabilidade democrática e do crescimento econômico devem ser acessíveis a todos, sem discriminação por motivo de raça, sexo, origem nacional ou filiação religiosa, com isso uma maior justiça social para todos os povos, visando melhorar o acesso à educação de qualidade e aos cuidados básicos de saúde, bem como erradicar a pobreza extrema e o analfabetismo.

Uma declaração dos trabalhadores no seguinte parágrafo possui um forte conteúdo crítico à essência da ALCA:

“A ALCA, como está sendo implementada, é um processo injusto e antidemocrático que combatemos. É o maior acordo de comércio e liberalização do continente e comprometerá países de economias díspares e com condições sociais e políticas muito diferentes. Não reflete, de nenhum ponto de vista, uma vontade real de integração para o desenvolvimento econômico e social dos povos” (Fórum, 1997).

Segundo o documento oficial elaborado pelos governos, o progresso social e a prosperidade econômica só serão sustentados se os povos viverem num ambiente sadio e os ecossistemas e recursos naturais forem geridos cuidadosa e responsavelmente, levando em conta o impacto que exercemos sobre o meio ambiente. Sendo que a capacidade de prevenir e controlar a poluição, de proteger ecossistemas e de usar nossos recursos biológicos de maneira sustentável, bem como de promover a produção e o uso limpo, eficiente e sustentável de energia, beneficiando futuras gerações por meio da conservação ambiental.

Os princípios básicos do acordo ALCA, constitui um conjunto de compromissos abrangentes que se reforçam entre si, visando a obtenção de resultados concretos, reconhecendo as diferentes capacidades nacionais e os sistemas jurídicos distintos, em relação ao Plano de Ação que veremos a seguir.

2.5 Formulação e execução do plano de ação

A necessidade de progresso prático nas tarefas essenciais de promover a democracia, o desenvolvimento, alcançar a integração econômica e o livre comércio, melhorar a vida dos povos e proteger o meio natural para as futuras gerações; sendo que cada país, tomará as medidas necessárias em conformidade com as próprias leis e procedimentos para implementar os acordos nas áreas incluídas através de quatro objetivos.

I – A preservação e fortalecimento da comunidade de democracias das Américas

O fortalecimento, o exercício efetivo e a consolidação da democracia constituem a prioridade política principal das Américas, entre os seus propósitos essenciais a promoção e a consolidação da democracia representativa⁵, com o devido respeito ao princípio da não-intervenção.

A OEA desenvolveu procedimentos multilaterais para tratar de problemas criados pela interrupção inconstitucional da ordem democrática, a fim de evitar essas crises, maiores esforços para promover os valores e práticas da democracia e fortalecer social e economicamente os regimes democráticos já estabelecidos.

O BID e a OEA irão estabelecer ou fortalecer programas para apoiar projetos nacionais que visem à promoção e observância de direitos humanos no Hemisfério Ocidental, fortalecendo a Comissão e a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

O diálogo entre grupos sociais, fortalecerão e promoverão a participação dos grupos de base na solução de problemas ao nível local.

No sentido de promover a democracia, incentivando o intercâmbio de tecnologias relativas a processos eleitorais e prestando assistência às entidades nacionais encarregadas de organizar as eleições a pedido do Estado interessado, e fortalecendo a Unidade de Promoção da Democracia, de modo que possa prestar assistência aos processos legislativos, judiciais e reformas governamentais, apoiando as iniciativas da Organização dos Estados Americanos.

O desenvolvimento de conceitos e normas tem registrado grande progresso no Hemisfério, como a cooperação plenamente com todos os órgãos de direitos humanos das

⁵ Regime político com o direito de representar uma nação.

Nações Unidas e interamericanos; e programas para promoção e observância dos direitos humanos.

Os defensores supõem-se em relação às políticas que assegurem à mulher, promoverão o pleno gozo de seus direitos civis em condições de igualdade no âmbito da família e da sociedade, na participação plena como eleitoras, candidatas e eleitas ou nomeadas de cargos públicos.

As leis de proteção dos direitos de grupos minoritários e das populações e comunidades indígenas para assegurar que não sofram discriminação, garantindo a sua proteção plena e sem discriminação perante a lei e facilitar a sua ativa participação cívica.

Para garantir os direitos da criança, tomarão todas as medidas necessárias e garantirão a proteção dos direitos humanos de todos os trabalhadores migrantes e de suas famílias.

O revigoramento e a participação de uma sociedade civil sólida e diversificada, organizada de várias formas e em diversos segmentos, incluindo indivíduos, setor privado e trabalhista, partidos políticos, setor acadêmico e outros atores e organizações não governamentais, imprime profundidade e durabilidade à democracia.

A estrutura reguladora da ação dos atores não-governamentais, com vistas a facilitar suas operações e promover sua capacidade de receber fundos, pondo ênfase na gestão e supervisão dos recursos.

O desenvolvimento cultural é um elemento fundamental e integral do desenvolvimento nas Américas e tem capacidade inerente para enriquecer as nossas sociedades e para gerar maior compreensão entre nossos países; incentivando relações mais dinâmicas entre as instituições e organizações públicas e privadas; e solicitando à OEA e ao BID que reforcem seus planos e programas para facilitar intercâmbios culturais e o fluxo de informação cultural e histórica dentro dos países e entre eles.

A modernização do Estado, incluindo a desregulamentação, privatização e simplificação dos procedimentos governamentais, onde todos os aspectos da administração pública numa democracia devem ser transparentes e abertos ao exame público.

É essencial adotar uma abordagem integrada e equilibrada que inclua o respeito à soberania nacional, numa ampla estratégia coordenada em âmbito hemisférico para reduzir o uso e a produção de entorpecentes que inclua novos métodos de aplicação da lei capazes de

interromper as redes de tráfico de drogas e de lavagem de dinheiro e de processar as pessoas envolvidas em tais atividades.

As medidas tomadas pelos Governos para combater e eliminar os ataques recentes que representaram uma grave ameaça para a segurança nas Américas, são elementos essenciais para garantir a lei e a ordem, e manter a confiança no governo, tanto nacional como internacionalmente.

A expansão e consolidação da democracia nas Américas oferecem uma oportunidade de valorizar as tradições de paz e as relações de cooperação que tem predominado entre os países do Hemisfério Ocidental, com o objetivo de fortalecer a confiança mútua que contribua para a integração econômica e social dos povos.

II – A promoção da prosperidade por meio da integração econômica e do livre comércio

A realização dos países do Hemisfério nos campos da liberalização do comércio e integração sub-regional, sobre os novos avanços serão obtidos à medida que a liberalização do comércio e as políticas ambientais se apoiarem mutuamente, levando em consideração os esforços do GATT/OMC e de outras organizações internacionais.

A abertura de mercado maximiza por meio de altos níveis de disciplina à medida que trabalharmos com base nos acordos existentes no Hemisfério, incluindo: as barreiras tarifárias e não tarifárias que afetem o intercâmbio de bens e serviços; agricultura; subsídios; investimento; direitos de propriedade intelectual; aquisição governamental; barreiras técnicas ao comércio; salvaguardas; regras de origem; antidumping fitossanitários; solução de controvérsias e política de concorrência.

Os acordos sub-regionais e bilaterais alcançados pelos países do Hemisfério são elementos críticos para fazer avançar a integração do comércio e investimento nas Américas. A Comissão Especial de comércio da OEA, com o apoio do BID, da CEPAL e de outras organizações regionais e sub-regionais especializadas, a prestar assistência na sistematização de dados na região e a continuar o seu estudo sobre acordos de integração econômica no Hemisfério.

Os ministros responsáveis pelo comércio a: a) examinar o progresso do trabalho empreendido nos foros; b) oferecer orientação no tocante ao trabalho futuro; e c) considerar áreas de ação imediatas como facilitação aduaneira e teste e certificação de produtos com vistas a conseguir acordos de reconhecimento mútuo.

A disponibilidade de capital à taxas competitivas é essencial para financiar o investimento do setor privado, um elemento vital do desenvolvimento econômico. O desenvolvimento, a liberalização e integração dos mercados financeiros, tanto nacional como internacionalmente, o aumento da transparência e o estabelecimento de uma supervisão sólida comparável, bem como da regulamentação de operações bancárias e do mercado de valores, ajudarão a reduzir o custo do capital mediante o aumento da confiança do investidor e do depositante.

A formação de uma Comissão de Assuntos Financeiros Hemisféricos para examinar as medidas destinadas a promover a liberalização da movimentação de capital e a integração progressiva dos mercados de capital, incluída, se considerada apropriada, a negociação de diretrizes comuns sobre movimentação de capital que permita a sua liberalização progressiva.

Em colaboração com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, com a preparação de uma lista completa das regulamentações nacionais de capital, a fim de promover a transparência e apoiar as discussões na Comissão de Assuntos Financeiros Hemisféricos.

A Associação de Supervisores de Bancos da América Latina e do Caribe e do Conselho de Reguladores de Valores das Américas, apoiarão os esforços de cooperação, a fim de assegurar uma supervisão e regulamentação adequadas que apóiem o desenvolvimento e a integração progressiva dos mercados.

O desenvolvimento no Hemisfério depende de medidas urgentes de estrutura, inclusive alocação prioritária de recursos financeiros, de acordo com a legislação nacional e com a participação tanto do setor público quanto do privado.

Os bancos multilaterais de desenvolvimento irão trabalhar com os Governos conforme os interesses privados, para desenvolver mecanismos tratando das questões relativas a empréstimos e investimentos.

O desenvolvimento econômico sustentável requer cooperação hemisférica no campo da energia, como meio de utilizar o setor energético para promover o crescimento econômico sustentável.

A otimização e facilitação dos mecanismos de financiamento instituições financeiras internacionais com vistas a apoiar o desenvolvimento de projetos no setor energético, incluindo especialmente os que visam a aumentar a eficiência do uso de energia e os relativos à energia renovável não convencional, usando tecnologia energéticas eficientes e não poluentes tanto convencionais como renováveis, em conformidade com a legislação e as necessidades de desenvolvimento de cada país.

A infra-estrutura de informação de um país através das telecomunicações, da tecnologia da informação rádio e teledifusão, é elemento essencial do desenvolvimento político, econômico, social e cultural. São enormes as necessidades do desenvolvimento da estrutura de informação. Incentivar o investimento do setor privado para aumentar a participação nos setores de telecomunicações e infra-estrutura da informação; promover a concorrência; implementar regimes reguladores flexíveis; fomentar a diversidade de conteúdo, inclusive diversidade cultural e lingüística; proporcionar aos fornecedores de serviço e informação acesso às redes de informação; e assegurar serviço universal, de forma que os benefícios da infra-estrutura de informação estejam ao alcance de todos os membros das nossas sociedades.

Reavaliar a interação em curso no seio de mecanismos regionais de infra-estrutura e cooperação sobre ciência e tecnologia; de impulsionar uma cooperação melhor; de reduzir barreiras à colaboração, de aumentar a demanda de tecnologia, de divulgar informação sobre oportunidades tecnológicas utilizando novos avanços na tecnologia da informação e, de modo geral, de melhorar a comunicação entre as principais organizações de ciência e tecnologia, pesquisadores da região e médias e pequenas empresas com crescente base tecnológica.

III – A erradicação da pobreza e da discriminação no nosso hemisfério

Nos grandes segmentos da sociedade, metade da população do Hemisfério ainda vive em condições de pobreza, sendo que uma participação mais ampla dos pobres nas economias da região, acesso aos recursos produtivos; apoio adequado a meios de proteção sociais maiores investimentos no capital humano são mecanismos importantes para ajudar a eliminar a pobreza.

A alfabetização universal e o acesso à educação em todos os níveis, sem distinção de raça, origem nacional ou sexo, constituem a base indispensável do desenvolvimento social e cultural sustentável, do crescimento econômico e da estabilidade democrática.

Os governos trabalharão com os setores público e privado e com atores não-governamentais e com o apoio de instituições multinacionais, para garantir o acesso universal a uma educação primária de qualidade.

O apoio de instituições financeiras multilaterais e do setor privado, promoverão o treinamento profissionalizante de trabalhadores e a educação de adultos, incorporando iniciativas no sentido de tomar essa educação mais relevante para as necessidades do mercado e dos empregadores.

A melhora no treinamento de recursos humanos, bem como a preparação técnica, profissional, de professores, que são vitais para a qualidade e a equidade da educação no Hemisfério.

O acesso a educação superior e a qualidade da mesma aumentarão, bem como promoverão a cooperação entre as instituições deste setor na geração de conhecimentos científicos e tecnológicos necessários para o desenvolvimento sustentável.

A descentralização apoiará na tomada de decisões referentes à educação, incluindo medidas para assegurar o financiamento adequado e a ampla participação do país, educadores, líderes comunitários e autoridades públicas.

Apesar dos marcantes avanços, as limitações de acesso aos serviços de saúde e a qualidade dos mesmos tiveram como resultado uma mortalidade materno-infantil persistentemente alta, principalmente entre grupos rurais de baixa renda e grupos indígenas.

O lançamento de um pacote básico de serviços clínicos preventivos e de saúde pública, compatível com recomendações da Organização da Saúde, destinar-se-á ações sem saúde infantil, materna e reprodutiva, incluindo atenção pré-natal, natal e pós-natal, informação e serviços de planejamento familiar e prevenção do HIV/AIDS, bem como imunizações e programas de combate as outras causas principais da mortalidade infantil.

A atualização dos planos nacionais de ação ou programas de reforma a fim de alcançar as metas de saúde infantil, materna e reprodutiva, bem como assegurar acesso universal e não discriminatório aos serviços básicos, incluindo programas de educação sanitária e de cuidados de saúde preventivos.

Os planos e os programas serão desenvolvidos nos termos de um mecanismo a ser definido por cada país, sendo que as reformas abrangerão serviços comunitários para os pobres; os deficientes e os grupos indígenas; infra-estrutura mais vigorosa de saúde pública; meios alternativos de financiamento, gestão e prestação de serviços; garantia de qualidade e maior utilização de atores e organizações não governamentais.

O fortalecimento do papel da mulher na sociedade reveste importância fundamental não somente para a sua total realização num contexto de igualdade e justiça, mas também para alcançar um desenvolvimento verdadeiramente sustentável. É essencial fortalecer as políticas e programas que melhorem e ampliem a participação da mulher em todas as esferas da vida política, social e econômica e que melhorem o acesso aos recursos básicos necessários para o pleno gozo dos seus direitos fundamentais.

Os governos reconhecerão e respeitarão plenamente todos os direitos da mulher como condição fundamental para o seu desenvolvimento como indivíduos e para a criação de uma sociedade mais justa, unida e pacífica.

A pequena e a microempresa contribuem com grande percentagem do emprego das pessoas de baixa renda, entre as quais figuram particularmente mulheres, e com considerável percentagem do produto interno bruto dos nossos países. O fortalecimento do apoio a pequena e a micro empresa é elemento essencial para o desenvolvimento sustentável e equitativo, no sentido de habilitar as empresas a obter informação sobre tecnologias apropriadas, mercados, processos, matérias-primas e sistemas gerenciais que os tornem mais competitivos na economia global.

O desenvolvimento de programas para regulamentação financeira a fim de reduzir os custos de transações creditais e fortalecer a capacidade institucional do setor financeiro que atende à pequena e à microempresa, bem como estimularão a participação ativa de entidades multilaterais e bilaterais, bancos comerciais e outras entidades intermediárias de crédito, compatível com estritos padrões de desempenho.

As instituições e os programas de prestação de serviços fortalecerão e facilitarão o acesso a assistência técnica e de treinamento, a fim de possibilitar a participação do setor na economia global por meio da exportação dos seus produtos e serviços.

A iniciativa dos capacetes brancos baseia-se na convicção de que um esforço internacional concertado dos países desenvolvidos e em desenvolvimento pode facilitar a

erradicação da pobreza e fortalecer a capacidade de resposta humanitária rápida da comunidade internacional a necessidades urgente de caráter humanitário, social e de desenvolvimento.

Voluntariamente os governos, estabelecerão, organizarão e financiarão um corpo de voluntários para trabalhar no nível nacional e, ao mesmo tempo, estar de prontidão à disposição de outros países do Hemisfério e futuramente das Nações Unidas, para atividades de prevenção, socorro reabilitação e cooperação técnica, social e de desenvolvimento visando a reduzir os efeitos de desastres naturais, necessidades e emergências sociais e de desenvolvimento.

IV – A garantia do desenvolvimento sustentável e conservação do nosso meio natural para as gerações futuras

O desenvolvimento e o uso sustentável de energia promovem o desenvolvimento econômico e atendem aos interesses ambientais. Os governos e o setor privado devem promover maior acesso a serviços energéticos confiáveis, limpos e de custo mínimo, por meio de atividades e projetos que satisfaçam os requisitos econômicos, sociais e ambientais no contexto das metas do desenvolvimento nacional sustentável e dos quadros jurídicos nacionais.

De acordo com as respectivas leis, estratégias energéticas nacionais de custo mínimo que levam em conta todas as opções, incluindo eficiência energética, energia renovável não convencional (solar, eólica, geotérmica, hidrelétrica em pequena escala e de biomassa), bem como recursos energéticos convencionais.

Para fins de financiamento prioritário e desenvolvimento, identificarão, no mínimo um projeto economicamente viável em cada uma das seguintes áreas: energia renovável não convencional, eficiência de energia e energia convencional limpa.

Em cooperação com setor privado e comunidades rurais e isoladas, promoverão programas de eletrificação rural que levem em consideração, conforme apropriado, a utilização de fontes renováveis de energia, de acordo com o quadro regulador nacional.

O nosso Hemisfério contém mais da metade da biodiversidade do mundo, sendo que a Convenção sobre Diversidades Biológica e outros instrumentos internacionais correlatas reconhecem essas necessidades e defendem a conservação e o uso sustentável de recursos da biodiversidade.

O desenvolvimento e a implementação de políticas, técnicas e programas de avaliação, conservação e uso sustentável de recursos da biodiversidade terrestres, marinhos e das zonas costeiras.

A elaboração de planos e programas nacionais para estabelecer e fortalecer a gestão de parques e reservas, visando a gerar benefícios econômicos, sociais e ecológicos para a população local.

A cooperação e os esforços para desenvolver ou melhorar, em conformidade com as leis nacionais e os instrumentos internacionais pertinentes, a partir de estruturas de proteção do meio ambiente; e de mecanismos de implementação e aplicação de normas ambientais.

Uma nova parceria promoverá atividades de cooperação visando a desenvolver políticas, leis e instituições ambientais, melhorar a capacidade técnica, promover a conscientização e a participação do público, continuar a procurar meios de cooperação tecnológicos, financeiros e de outra natureza, bem como facilitar o intercâmbio de informação, inclusive sobre tecnologias ambientalmente adequadas.

2.6 A criação de mandatos dos nove grupos de negociação

2.6.1 Grupo de negociação de serviços

Estabelecer matérias para liberalizar progressivamente o comércio em serviços, visando o avanço de uma área de livre comércio no hemisfério em condições de certeza e transparência e desenvolver uma estrutura incluindo direitos e obrigações abrangentes em serviços.

Assim como inclui direitos e obrigações abrangentes, também se aplicará a todas as medidas que afetem o comércio de serviços prestados por autoridades governamentais de todos os níveis de governo. Além disso, tenciona aplicar-se a todas as medidas que afetem o comércio de serviços prestados por instituições não governamentais em todos os níveis do governo quando funcionam com poderes conferidos por autoridades do governo.

O grupo de negociação afirma que o acordo de serviços deve ter alcance universal em todos os setores de serviços, sendo que aos governos é concedido o direito de moderar estes serviços, mas somente mediante maneiras compatíveis com as matérias estabelecidas no contexto do acordo da ALCA.

A estrutura do acordo de serviços contém seis elementos de consenso, que abrangem:

- a) Alcance setorial (cobertura universal de todos os setores de serviços);
- b) Tratamento de nação mais favorecida (o acesso concedido a investidores e empresas de qualquer país da ALCA deve ser concedido a investidores e empresas de todos os países da ALCA);
- c) Tratamento nacional (investidores e empresas de todos os países da ALCA devem ter o mesmo tratamento que os fornecedores domésticos e de serviços locais);
- d) Acesso ao mercado (matérias adicionais que atendam medidas que reduzam a capacidade dos fornecedores de serviços de terem acesso ao mercado);
- e) Transparência (matérias que tornem publicamente disponível todas as medidas pertinentes que possam abranger, entre outras, novas leis, regulamentos, diretrizes administrativas e acordos internacionais adotados a todos os níveis do governo e que afetem o comércio de serviços); e
- f) Negação de benefícios (os membros da ALCA deverão poder negar os benefícios

do acordo de serviços a um fornecedor de serviços que não satisfaça os critérios, esses critérios poderão incluir propriedade, controle, residência e atividades comerciais importantes).

A combinação deste acordo de serviços de grande alcance com a extensão proposta das normas de investimento concede novos e inéditos poderes à ALCA e aos interesses particulares que apóia.

Pela primeira vez em qualquer acordo de comércio internacional, as empresas de serviços transnacionais obterão direitos competitivos para a série completa de fornecimento de serviços do governo e terão o direito de processar qualquer governo que se oponha à indenização financeira.

De acordo com Stephenson (2001 apud Sader), a liberalização do comércio de serviços implica alterações das leis e regulamentos nacionais, tornando estas negociações mais difíceis e mais sensíveis para os governos.

2.6.2 Grupo sobre investimentos

Uma estrutura legal justa e transparente visando incentivar o investimento por meio da criação de um ambiente estável e previsível que proteja o investidor, seu investimento e movimentos afins, sem criar obstáculos aos investimentos provenientes do exterior do hemisfério.

O grupo de negociação sobre investimentos conseguiu avanços importantes ao incluir na ALCA os mesmos direitos, ou outros melhores, de estado-investidor, que existem atualmente no NAFTA, inclusive:

- a) Definições básicas de investimento e investidor;
- b) Âmbito de aplicação (muito amplo);
- c) Tratamento nacional (pelo qual nenhum país pode discriminar a favor de seu setor doméstico);
- d) Tratamento de nação mais favorecida (pelo qual o acesso aos investidores de um país da ALCA deve ser concedido aos investidores de todos os países da ALCA);
- e) Expropriação e indenização por perdas (pelas quais um investidor ou empresa pode

exigir indenização financeira por perda de negócio e lucros proveniente da criação ou implementação de regulamentos, incluindo leis ambientais, do governo de outro signatário NAFTA);

f) Pessoal fundamental (a capacidade das empresas movimentarem seus profissionais e técnicos transfronteiras fora do processo normal de imigração);

g) Requisitos de desempenho (limites ou eliminação do direito de um país aplicar requisitos de desempenho ao investimento estrangeiro); e

h) Resolução de disputas (pela qual um elenco de burocracia nomeados pode anular a legislação do governo ou forçar o governo em questão a pagar indenização para manter a legislação).

As amplas medidas ao investimento é uma maneira de inserir uma forma do Acordo Multilateral sobre o Investimento, a proposta de um tratado do OCDE sobre investimentos, abandonada diante da enorme resistência da sociedade civil, na ALCA.

2.6.3 Grupo dos contratos públicos de governo

Aumentar o acesso aos mercados de contratos públicos nos países da ALCA no seio de um novo acordo, isso será conseguido por meio de uma estrutura normativa que garanta a imparcialidade e a transparência dos processos envolvidos nos contratos públicos, garantindo a não discriminação, e a revisão imparcial e justa na resolução de queixas referentes aos mesmos.

O grupo de contratos públicos de governo parece ir mais longe e abrir todos os contratos, serviços e bens, a licitações competitivas de empresas de outros países da ALCA, solicitando um inventário dos sistemas pertinentes de classificação internacional e uma complicação das estatísticas de contratos públicos de cada governo.

2.6.4 Grupo de negociação acesso a mercados

Eliminar progressivamente as tarifas e as barreiras não tarifárias bem como outras medidas de efeito equivalente que restringem o comércio entre os países participantes. As tarifas, são impostos aplicados nas fronteiras, segundo o NAFTA e a OMC tem sido suprimidas em grande parte no Canadá e nas Américas.

Os obstáculos não tarifários são todas as normas, políticas e práticas dos governos, além de tarifas, que podem impactar o comércio, podendo abranger tudo o que os governos fazem, inclusive o fornecimento de serviços e a proteção à saúde e segurança dos cidadãos.

Todo o universo tarifário estará sujeito à negociação; poderão ser negociados diferentes cronogramas de liberalização comercial; e facilitará a integração das economias menores e sua plena participação nas negociações da ALCA.

Construir e organizar da forma mais eficiente possível um banco abrangente de dados sobre barreiras ao acesso a mercados (medidas tarifárias e não tarifárias tais como requeridas para o Banco de Dados Integrado da OMC) no hemisfério abrangendo todos os produtos industriais e agrícolas, usando o formato do Banco de Dados Integrado da OMC.

Segundo a proposta da ALCA as restrições inerentes aos contratos públicos, que permitem aos governos proteger os fornecedores locais, estarão mais abertos ao desafio de um mandato expandido das medidas referentes a contratos públicos.

Aumentará a capacidade das empresas estrangeiras de serviços com fins lucrativos de utilizarem a medida de tratamento nacional para desafiar os monopólios de serviços do governo, de acordo com a proposta de um novo acordo sobre serviços.

O acordo sobre obstáculos técnicos ao comércio (OTC) da OMC é um regime internacional visando harmonizar normas ambientais e outras, criando efetivamente um teto sem assoalho para os citados regulamentos. Esse acordo expõe um código processual oneroso e tão árduo na instituição de novas leis e regulamentos que é difícil satisfazer qualquer nação.

Escolhidas as medidas mais sólidas da OMC, os negociadores da ALCA introduziram restrições mais duras para os governos das Américas e o seu direito de legislar no melhor interesse dos cidadãos.

2.6.5 Grupo sobre a agricultura

Determina eliminar os subsídios de exportação de produtos agrícolas que afetam o comércio do hemisfério, baseando-se no acordo agrícola da OMC.

Disciplinar outras práticas agrícolas que desvirtuem o comércio, e garantir que não se utilizem medidas sanitárias e fitossanitárias como restrição disfarçada ao comércio internacional com vistas a prevenir as práticas comerciais protecionistas e facilitar o comércio no hemisfério.

Identificar e submeter a maior disciplina, outras práticas que distorçam o comércio de produtos agrícolas, inclusive aquelas que tenham efeito equivalente ao dos subsídios às exportações agrícolas.

As medidas agrícolas do Acordo Agrícola da ALCA estabelecem normas sobre o comércio de alimentos e limitam a política agrícola doméstica, chegando até o apoio aos agricultores, a capacidade de manter estoques de produtos alimentícios de emergência, com o direito de estabelecer regras de segurança de alimentos e que possam garantir o fornecimento de alimentos.

O acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitosanitárias (MSF) da OMC estabelece limitações sobre as políticas do governo inerentes à segurança dos alimentos e à saúde dos animais e das plantas, desde pesticidas e substâncias contaminantes biológicas até à inspeção alimentar, rotulagem de produtos e alimentos geneticamente modificados.

As condições do NAFTA não impõem normas específicas, estabelecem uma abordagem geral para garantir que as MSF sejam utilizadas por razões cientificamente justificadas, não como obstáculos disfarçados ao comércio.

Aos países membros ainda é permitido tomar MSF para proteger a vida humana, animal ou vegetal e a saúde em nível considerado adequado, enquanto o NAFTA incentiva as partes a harmonizarem suas normas, baseando-se em medidas internacionais pertinentes, a OMC procura retirar decisões referentes à saúde, alimentos e segurança dos governos nacionais.

Os acordos da OMC sobre as MSF tem sido utilizados para anular o uso do princípio preventivo que não é considerado uma base justificável para estabelecer controle regulamentar, sendo que o princípio preventivo permite a ação regulamentar quando existe

risco de dano, mesmo se há incerteza quanto à extensão e à natureza dos impactos potenciais de um produto ou prática.

Os responsáveis pelo plano da ALCA estão avançando no sentido de retirar completamente dos governos nacionais das Américas o direito de estabelecer normas em setores cruciais como saúde, segurança dos alimentos e meio ambiente.

2.6.6 Grupo de direitos da propriedade intelectual

Consiste em reduzir deturpações existentes no comércio do hemisfério, fomentar e garantir a proteção adequada e eficaz dos direitos da propriedade intelectual, onde essa propriedade, refere-se a tipos intangíveis de propriedade, como patentes, que geralmente concedem um poder exclusivo a seu proprietário.

Criará um inventário dos convênios, tratados e acordos relativos à propriedade intelectual existentes no Hemisfério, incluindo as convenções internacionais de que fazem parte os países.

Compilará, da maneira mais eficiente possível, um inventário das leis e normas sobre propriedade intelectual e as medidas para cumpri-las no hemisfério e, com base nesta informação identificará as áreas de convergência e divergência.

Recomendará métodos para promover a compreensão e a implementação efetiva do acordo da OMC sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio (ADPIC).

Analizará as implicações das novas tecnologias para a proteção dos direitos de propriedade intelectual na ALCA, sendo que esses direitos terão poderes adicionais de execução obrigatória, utilizando multas em dinheiro e penas severas.

2.6.7 Grupos de subsídios, anti-dumping e direitos de compensação

Examinar maneiras de aprofundar as matérias existentes estabelecidas no acordo da OMC sobre subsídios e medidas compensatórias e conseguir um entendimento comum com a intenção de aperfeiçoar, as normas e procedimentos referentes ao funcionamento e aplicação de leis de recurso, visando não criar obstáculos injustificados ao comércio do hemisfério.

O acordo da OMC estabelece limites quanto ao que os governos podem e não podem subsidiar, sendo criticado por muitos países em desenvolvimento, por favorecer os países do norte em grandes questões agro-alimentares.

O GATT dispensa atividades no âmbito militar, incluindo pesquisas e subsídios do governo para a exportação, a fim de proteger interesses indispensáveis sobre a segurança do governo.

A isenção sobre a segurança protege a indústria de armamento do desafio da OMC, incita os gastos públicos com a indústria militar e qualquer outra relacionada com a segurança nacional. Visto que a maioria dos gastos militares globais está concentrada nas economias de alguns países do Norte, sendo que a isenção da OMC sobre a segurança proporciona a estes países uma margem competitiva enorme sobre outros países menores.

2.6.8 Grupo política de concorrência

Promover a compreensão dos objetivos e mecanismos, criando um inventário dos acordos, tratados e outros arranjos existentes no hemisfério sobre a política de concorrência, garantindo que os benefícios do processo de liberalização da ALCA não sejam prejudicados por práticas comerciais anti-competitivas.

Avançaram com vistas ao estabelecimento de cobertura jurídica e institucional ao nível nacional, sub-regional ou regional para condenar a realização de práticas comerciais anti-competitivas e em desenvolver mecanismos que facilitem e fomentem a política de concorrência e garantam a execução obrigatória de regulamentos sobre competição livre entre e dentro dos países do hemisfério.

O objetivo da política de concorrência nas negociações comerciais, é reduzir ou eliminar práticas que parecem proteger os monopólios internos.

Aparentemente, a meta é fomentar a competição, o resultado para os países em desenvolvimento é que estes são freqüentemente forçados a dissolver seus monopólios existentes, acabando por verificar que concederam às empresas transnacionais, sediadas no estrangeiros, oportunidades excelentes para entrarem, destruírem as companhias nacionais, menores, e estabelecerem um novo monopólio protegido, pelos acordos da OMC, do DPIRC e o Acordo de Serviços Financeiros, que ambos protegem mega-empresas consolidadas.

2.6.9 Grupo procedimentos aduaneiros e alfandegários

Desenvolver um sistema eficiente e transparente de procedimentos aduaneiros, inclusive a nomenclatura e os certificados de origem, que facilite o intercâmbio de mercadorias, sem criar obstáculos desnecessários ao comércio, a fim de facilitar o mesmo e reduzir os custos administrativos.

Criar e implementar mecanismos de intercâmbio de informações em matéria aduaneira entre os países da ALCA, promovendo mecanismos e medidas aduaneiras que assegurem as operações a se realizarem com transparência, eficiência, integridade e responsabilidade.

Elaborar um inventário abrangente dos procedimentos alfandegários do hemisfério e determinar a viabilidade da publicação de um guia hemisférico de procedimentos aduaneiros, identificando as áreas para cooperação técnica na operação de alfândegas, tais como conexões entre sistemas de computador e prevenção de fraude.

Recomendar uma abordagem específica para condução dos procedimentos alfandegários em escala hemisférica e para a realização de negociações sobre as regras de origem.

As tarifas aduaneiras nacionais baseadas no Sistema Armonizado (S A), ao nível mais detalhado da linha tarifária, com a correspondente descrição do produto.

A seguinte informação está disponível para cada linha tarifária, de acordo com a:

- Tarifa aduaneira aplicada pelo NMF;
- Tarifas aduaneiras preferenciais e países aos quais se lhes aplica;
- Linhas de tarifas nas quais se poderiam aplicar quotas tarifárias agrícolas;
- Exportações agrícolas às quais se poderiam aplicar subsídios de exportação.

CAPÍTULO 3

3 OS IMPACTOS DO ACORDO ALCA NO COMÉRCIO INTERNACIONAL E NA POPULAÇÃO DAS AMÉRICAS

3.1 Considerações iniciais

O objetivo deste capítulo é analisar os impactos do acordo da ALCA, inicialmente dando ênfase no comércio internacional, com base em novas medidas dos blocos econômicos já formados e a inclusão de novos países no pacto.

A segunda parte deste capítulo procura-se mostrar, os impactos na população das Américas, dando cobertura universal de todos os setores de serviços e uma séria ameaça aos programas sociais.

3.2 Análise dos impactos do acordo no comércio internacional

A ALCA estabelece uma abertura comercial entre os países americanos, com exceção de Cuba, com uma população de 800 milhões e um produto interno bruto (PIB), combinado de US\$ 11 trilhões de dólares, a ALCA seria a maior zona de livre comércio do mundo, assim participaram os blocos econômicos já formados, como o NAFTA (Acordo de Livre Comércio da América do Norte), o MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), e mais o restante dos países latino-americanos (Barlow, 2001 apud Sader).

O acordo da ALCA é uma expansão do atual NAFTA, não só por incluir muitos novos países no pacto, mas também por ampliar o âmbito do livre comércio para novos setores, com base em medidas novas e polêmicas da OMC.

O NAFTA, constituído pelo México, Canadá e Estados Unidos estabelece a isenção total, isto é, eliminação de 100% das tarifas de importação para o comércio entre esses países (Valverde et al, 1997).

O Mercosul é formado pelo Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e, recentemente pelo Chile, estabelecendo uma política mais ampla de eliminação também do subsídio à exportação e à produção, porém com a aplicação de uma tarifa externa comum (TEC), ou seja, uma união aduaneira que regulamenta as alíquotas de importação desses países com o resto do mundo.

Existem algumas diferenças entre estes pactos e acordos: por exemplo, o objetivo do Mercosul é tornar-se um mercado comum, ao passo que o NAFTA não tem tentado estabelecer normas comuns de trabalho entre seus três membros; aliás, os Estados Unidos não suportariam o movimento livre de mão-de-obra do México. O Mercosul contém algumas disposições e programas sociais para trabalhadores deslocados, inexistentes no NAFTA (Barlow, 2001 apud Sader).

Mas as semelhanças entre estes tratados são de longe maiores que as diferenças, tanto o NAFTA como o Mercosul contém medidas para liberalizar o investimento estrangeiro e conceder aos investidores estrangeiros direitos de tratamento (não discriminatório) nacional.

Em ambos se fundamentam em um modelo de liberalização do comércio e investimento que encerra os programas de adaptação estrutural introduzidos anteriormente na América Latina pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

Segundo estes programas, a maioria dos países em desenvolvimento eram forçados a abandonar a indústria doméstica em favor de interesses empresariais transnacionais; a converter os melhores terrenos agrícolas visando a exportação de culturas para liquidação da dívida nacional; a reduzir as despesas públicas em programas sociais e a abandonar a assistência médica universal, a educação e os programas de previdência social; a liberalizar os setores da eletricidade, transportes, energia e recursos naturais; e a remover obstáculos regulamentares ao investimento estrangeiro.

Nas negociações existem tensões de liderança, sendo que desde 1995, a administração dos Estados Unidos tem conseguido obter a prorrogação de sua legislação acelerada que, autoriza o congresso a adotar integralmente acordos de livre comércio. Isto tem proporcionado ao Brasil, um dos principais líderes econômicos da América Latina, a oportunidade de desafiar a supremacia dos Estados Unidos nas negociações, reivindicando a liderança no processo de integração econômica das Américas.

A entrada da comunidade comercial da União Européia (UE) na América Latina, sobretudo no setor bancário, das telecomunicações, indústria automobilística de produtos de

consumo, tem servido como catalisador para os EUA reafirmarem sua liderança no hemisfério. A UE vem intensificando sua presença na região, negociando acordos individuais de livre comércio e investimento com países como o Chile, o México e o Brasil, onde os EUA estão contando com a conclusão bem sucedida da ALCA para manter o domínio de seu setor empresarial na região (Barlow, 2001 apud Sader).

Os acordos de livre comércio e de formação de blocos econômicos tem como ponto de partida, a criação da Comunidade Econômica Europeia (CEE), e tende a favorecer, principalmente, os países mais desenvolvidos, em razão da vantagem competitiva de suas unidades de produção (Valverde et al, 1997).

Existem setores em que os países em desenvolvimento podem obter ganhos com a globalização principalmente no setor de agricultura onde prevalece maior abundância dos fatores produtivos terra e trabalho.

O Brasil apresenta ganhos com a política de liberalização dos preços no mercado internacional, uma vez que as distorções nesse setor são maiores na Europa, principal mercado consumidor, e onde o custo de produção da indústria florestal é elevado, enquanto no Brasil são os menores do mundo para os produtos florestais (Valverde et al, 1997).

A ALCA terá como base os acordos sub-regionais e bilaterais existentes para ampliar e aprofundar a integração econômica hemisférica e tornar esses acordos mais parecidos.

O acordo será plenamente compatível com os dispositivos do acordo de fundação da OMC, não erguerá barreiras a outros países e representará um empreendimento único que compreenda direitos e obrigações mútuos.

Os principais objetivos essenciais do acordo da ALCA são:

- Integração econômica do hemisfério;
- Promoção da integração dos mercados de capitais;
- Concordância com a Organização Mundial do Comércio (OMC);
- Eliminação de obstáculos e barreiras não aduaneiras ao comércio;
- Eliminação de subsídios à exportação de produtos agrícolas;
- Uma estrutura legal para proteger investidores e seus investimentos;
- Melhores medidas para contratos públicos;
- Eliminação de obstáculos ao investimento estrangeiro;
- Novas negociações na inclusão de serviços.

... A ALCA um acordo de livre comércio de maior alcance no mundo, com um âmbito que atingirá todos os aspectos da vida dos cidadãos das Américas.

... Para Kossmann (2001 apud Sader), o livre comércio na América Latina afeta os planos político, econômico, social e quanto ao meio ambiente.

... No plano político, a perda do poder real dos países debilita as democracias representativas e o governo eleito se converte em um executor das decisões tomadas nos centros de poder internacionais.

... No econômico, a competição no mercado global se dá entre nações com possibilidades de produção desiguais, ingressando num jogo de competição desenfreada observando as regras de destruição do tecido social e não as ameaças à estabilidade política dos países.

... Ainda neste plano, os países poderosos continuam utilizando barreiras invisíveis como subsídios agrícolas, leis sanitárias, etc, para evitar que os países em desenvolvimento exportem muitos de seus produtos; e a rápida liberalização comercial provoca um incremento notável das importações, porém não consegue que as exportações cresçam no mesmo ritmo.

... Já no plano social, as necessidades das pessoas estão subordinadas às regras comerciais; sendo que a eliminação dos trabalhos deixa grandes setores da população sem salários; crescendo assim o exército de reserva e também a marginalidade, a perda dos laços sociais e a destruição da pessoa e da família.

... Com isso, a cultura própria de cada povo ou nação se desintegra pela pressão homogeneizadora da publicidade dos produtos globais.

... Quanto ao meio ambiente, resulta um modelo que não considera os custos ambientais das atividades comerciais; impondo modelos agropecuários contaminadores e realizam obras de infra-estrutura desastrosas, como as hidrovias. No caso da biodiversidade como mercadoria que pode ser comprada e vendida intensificando os manejos inadequados de recursos, como por exemplo, o patenteamento da vida (vegetais, animais) com um impacto sobre a natureza e a saúde das pessoas que ainda não conseguiram perceber em toda a sua magnitude.

3.3 Análise dos impactos na população das Américas

O aumento de poderes propostos para a ALCA e a introdução da cobertura universal de todos os setores de serviços constituem uma série ameaça aos programas sociais (Barlow, 2001).

A assistência médica universal, a educação pública, a assistência infantil e social, as pensões, e muitos outros serviços sociais são proporcionados atualmente, sem fins lucrativos, por muitos governos.

As negociações recentes do GATS e, atualmente, as negociações da ALCA, no qual muitos governos tem afirmado que estes programas sociais constituem um direito fundamental da cidadania, tendo sido isentos de acordos comerciais.

Com estes dois acordos, todos os governos das Américas estão expostos a ameaças sancionadas pelo comércio por empresas transnacionais de serviços, ansiosas por destruírem o restante dos monopólios dos governos do hemisfério.

Os serviços são o setor do comércio internacional em crescimento mais rápido e, os serviços inerentes à saúde, educação e água estão fazendo progressos sendo os potencialmente mais lucrativos de todos.

Estes e outros serviços tem sido o alvo de empresas transnacionais ávidas e poderosas que visam nada menos que o desmantelamento completo dos serviços públicos, sujeitando-se às regras da competição internacional e à disciplina da OMC e da ALCA.

Nos Estados Unidos, a assistência à saúde tornou-se um tal negócio que as empresas gigantescas de assistência à saúde estão registradas na Bolsa de Valores de Nova Iorque, sendo que empresas de investimentos prevêm que o ensino público será privatizado no hemisfério na próxima década, da mesma maneira que a saúde pública o tem sido, afirmando que se prevê um lucro incalculável quando tal acontecer.

Se os serviços estão inseridos na ALCA como parecem estar, as empresas estrangeiras com fins lucrativos no setor da saúde, educação e outros serviços sociais, por toda a parte do hemisfério, terão direito de estabelecer uma presença comercial em qualquer parte da América do Norte, Central e do SUL (Barlow, 2001 apud Sader).

As normas para os profissionais do setor da saúde, educação, assistência infantil e social ficarão sujeitos as regras e a revisão da ALCA, a fim de garantir que não constituem uma obstrução ao comércio.

O governo de qualquer nível que tentar resistir a estes progressos e manter os serviços sob controle doméstico, qualquer empresa de serviços do hemisfério terá o direito legal de processar, pedindo indenização financeira por receitas perdidas, de acordo com cláusulas estado-investidor da ALCA.

Nas áreas abrangidas pelo atual NAFTA tem havido recentemente muitos precedentes de governos que modificam radicalmente as decisões e pagam pacotes de indenizações onerosas aos interesses privados afetados por políticas públicas.

Uma vez estabelecida a privatização em qualquer setor público, seria quase impossível voltar-se para a direção oposta, sendo que com o tempo, os governos não poderiam mais suportar e financiar publicamente a assistência médica, os programas de previdência social e o ensino, com isso, teriam de estar preparados para conceder acesso igual ao financiamento a contratantes privados de outros países da ALCA (Barlow, 2001 apud Sader).

Segundo Barlow (2001), o plano da ALCA como se encontra não abrange a proteção do meio ambiente, continha apenas a promessa de fomentar a integração econômica do hemisfério de modo a garantir o desenvolvimento sustentável enquanto proteção ao meio ambiente.

No ALCA não há nenhum grupo específico para o setor de energia, sendo bastante provável uma reflexão sobre as medidas controversas sobre energia, que eram parte integrante do NAFTA.

Com este acordo, os negociadores criaram uma política continental de energia anti-ambiente, anti-conservação e liberada, baseado em exportações a curto prazo, de custo elevado, com lucros enormes e controlada por empresas transnacionais com pouco interesse em aumentar os preços ou nas consequências ambientais das suas ações.

Os países produtores de energia da América Latina, como a Venezuela e a Bolívia, deveriam saber o que aconteceu às reservas de energia do Canadá, sujeitas a estas regras, onde aplicarão a todos os países da América Latina que fazem parte da ALCA.

No Canadá, não existe atualmente nenhum órgão do governo, ou lei, para garantir uma provisão adequada da sua própria energia para o futuro, e também, não foi mais exigida dos

canidatos à exportações canadenses ou americanas, a apresentação de uma avaliação do impacto da exportação; sendo que todo o sistema de distribuição de gás foi abandonado, iniciando-se um ciclo frenético de construção de gasodutos, de Norte a Sul.

Os impostos de exportações do fornecimento de energia canadense foram retirados perdendo os governos uma fonte de receitas e proporcionando aos clientes americanos preços preferenciais, como clientes domésticos.

O acordo de comércio impôs um sistema de participação proporcional pelo qual os fornecimentos de energia canadense aos Estados Unidos estão garantidos para sempre, com isso, comprometeram o Canadá com uma política de energia impelida por exportações enormes e garantida para os Estados Unidos, pelo controle dos fornecimentos por empresas e com uma política econômica mais dependente do que nunca da exploração de recursos primários (Barlow, 2001 apud Sader).

Com a ALCA, as medidas se estenderão a todos os países das Américas, que deverão estar cientes da perda de sua soberania no que se refere ao fornecimento de energia e à responsabilidade ecológica que garantiria uma boa economia dos recursos.

A proposta da ALCA acrescenta uma ameaça à soberania sobre a água e sua conservação, sendo que os serviços ambientais estão incluídos na lista de serviços que estão sendo negociados pelo GATS (Barlow, 2001 apud Sader).

É provável que os serviços públicos de água possam ser contestados, segundo as medidas de tratamento nacional do acordo proposto, forçando a privatização e possível subcontratação por empresas transnacionais especializadas do fornecimento de água e do tratamento de águas residuais.

A perda do controle público sobre a água é um assunto de grande urgência para os países da América Latina, onde a privatização deste recurso, estimulada pelo Banco Mundial, está se alastrando rapidamente.

Os acordos OBT e MSF da OMC e com planos dos acordos de resultado antecipado no setor das florestas e da pesca, a proposta da ALCA parece ser um desastre para a administração ecológica das Américas.

Os agricultores das Américas já sentiram a influência perigosa da competição global segundo as leis dos Programas de Adaptação Estrutural do Banco Mundial e do FMI agrupados às medidas da OMC para o setor agrícola.

O novo sistema global em que os agricultores cultivavam alimentos para a população e às comunidades foi substituído por um sistema em que as empresas transnacionais produzem alimentos para obterem lucro em que as normas de segurança dos alimentos e os direitos dos agricultores tem pouca ou nenhuma importância (Barlow, 2001 apud Sader).

Os negociadores da ALCA, optando pelos acordos agrícolas da OMC e pelas medidas (MSF e OTC), tencionam obter novos poderes, reduzindo os direitos tradicionais dos agricultores e desvalorizar as leis sobre segurança dos alimentos (Barlow, 2001 apud Sader).

Segundo as normas da OMC, os agricultores não poderão mais negociar em conjunto os preços dos produtos com os compradores domésticos e estrangeiros, sendo que a eliminação do apoio aos preços agrícolas internos para proteção aos agricultores deixou-os à mercê dos preços internacionais.

As medidas não tarifárias, as normas ambientais e os programas de administração de provisões, tem sido utilizados para reduzir a salvaguarda à saúde pública e a proteção aos agricultores, por exemplo: à verificação de resíduos de pesticidas lesivos à saúde nas importações agrícolas; aos países já não podem manter provisões de produtos alimentícios de emergência, com previsão em caso de seca ou insuficiência de colheitas; e agora tem que comprar o que precisam no mercado livre.

A ALCA parece estar pronta para fomentar um modelo agrícola para o hemisfério, obtendo resultados devastadores para agricultores da América Latina (Barlow, 2001 apud Sader).

CAPÍTULO 4

4 A RELAÇÃO DA ALCA COM A AMÉRICA LATINA

4.1 Considerações iniciais

Neste capítulo a análise recai sobre a ALCA e a América Latina, tendo como referencial o imperialismo norte-americano. O estudo enfatiza a hegemonia - formando uma grande potência - e independência dos Estados Unidos décadas antes dos outros países.

Procura-se mostrar também a ortodoxia econômica, a dependência financeira, e como foi gerada a ALCA pelo Neoliberalismo ou Neomercantilismo da América Latina.

4.2 O imperialismo norte-americano

Os EUA tornaram-se nação, diante de si mesmos e do mundo, como modelo de democracia liberal, dando uma enorme auto-confiança, enquanto país, num sentimento de superioridade em relação ao resto do continente e, com o passar do tempo, ao resto do mundo, mediante uma guerra de independência (1776) contra a maior potência colonialista da época (Sader, 2001).

A Doutrina Monroe (1823) revela – “A América para os americanos – sendo os Estados Unidos uma potência hegemônica no continente, ao estabelecer que os conflitos e problemas da América deveriam ser resolvidos entre os países da área, em que a força daquele país já era superior à dos demais, vantagem consolidada pela obtenção da independência décadas antes dos outros países.

A derrota dos independentistas cubanos abriu caminho para a construção do império estadunidense no continente, sendo que a separação da região norte da Colômbia para formar o Panamá fez parte desse projeto expansionista, com o nascimento de um país, concluindo a

canal do Panamá, dando aos EUA o controle de uma via rápida de contato entre o Atlântico e o Pacífico.

No plano mundial, os EUA se preparavam para tornarem-se uma grande potência, ao privilegiar a fabricação de automóveis, artigo que tornaria a maior mercadoria econômica e ideológica, norte-americana ao longo do século XX, afirmando um estilo de vida e de consumo (Sader, 2001).

A formação da OTAN, teoricamente para defender a Europa do expansionismo soviético, serviu para constituir-se uma força militar internacional sob comando estadunidense.

O perigo soviético foi instrumentalizado para consolidar a hegemonia estadunidense sobre o bloco capitalista e para fazer do anti-comunismo o critério de aliados e adversários no mundo. Na ideologia estadunidense, a polarização comunismo/capitalismo foi encoberta pela polarização democracia/totalitarismo.

Terminada a guerra fria, os EUA se afirmaram como a única super potência no mundo, apoiada no poder do seu mercado interno, na sua superioridade tecnológica e militar, na sua consolidação como única força política mundial e numa imensa máquina de dominação ideológica.

Os EUA conseguiram não apenas derrotar seu maior oponente, a URSS, como neutralizar seus eventuais competidores, a Europa Ocidental e Japão, e mesmo as lideranças regionais como o Brasil, a África do Sul, a Índia, e o Iraque.

Sob a hegemonia estadunidense, reforçou e renovou-se um sistema imperial mundial, apoiado na OTAN, no FMI, no Banco Mundial, na OMC, além da força de ação própria dos EUA, incluindo seu sistema monopolista de meios de comunicação e de propaganda ideológica; sendo sua ideologia o neoliberalismo, a difusão ilimitada da mercantilização e do livre comércio e da globalização em todo o mundo, onde seus pilares, as grandes corporações multinacionais; a hegemonia econômica no conjunto do sistema está no capital financeiro.

As suas debilidades estão em primeiro lugar, na exclusão da grande maioria da humanidade e dos países, dos benefícios dos políticos dominantes; o segundo elemento é sua dependência com outros países, como é o caso dos produtores de petróleo, como a Venezuela, o Irã, Iraque, a Líbia ou daqueles produtores de mercadorias baratas para os estadunidenses, como a China, a Índia e o México (Sader, 2001).

Mas os elementos de maior debilidade do sistema imperialista liderado pelos EUA, situam-se no plano histórico e moral, sendo que o capitalismo na sua fase de hegemonia do capital financeiro, está penetrado pela lógica corrosiva da especulação, em detrimento da produção; com isso, a utilização da tecnologia em função da maximização dos lucros barateia os produtos, mas reduz o emprego, que no seu conjunto aumenta a produção de bens e serviços mas não distribui a renda de maneira correspondente, reproduzindo suas crises de super-produção ou sub-consumo (Sader, 2001).

Segundo Emir Sader (2001), o caráter regressivo assumido pelo capitalismo no mundo contemporâneo se expressa, quando se expande, produzindo efeitos positivos para um número decrescente de pessoas e quando entra em crise, com fortes regressões para setores cada vez mais numerosos em todo o mundo. Com isso, a maior parte da humanidade é vítima do trabalho informal, precário, sem direitos, com toda a insegurança que essa situação produz.

Depois do fim da URSS e do enfraquecimento dos países do terceiro mundo, os países mais ricos do mundo se organizaram em três mega mercados: a América do Norte, a Europa Ocidental e o sudeste asiático. Os EUA, a Alemanha e o Japão se fortaleceram assim na competição entre si e obtinham mais vantagens do resto do mundo.

O projeto estadunidense em 1994, era o de estender o NAFTA, para o conjunto do continente, mas com a crise Mexicana e o freio à expansão do NAFTA, o Mercosul cresceu, fazendo acordos com o Chile e a Bolívia. A partir deste momento o governo americano lançou uma proposta que aprovada, a ALCA com a longa expansão da economia, com o livre comércio e a integração sob a égide de uma economia forte, sendo um caminho seguro para o desenvolvimento (Sader, 2001).

A estratégia política dos EUA para com a América Latina, tem como objetivo manter sobre ela o controle geopolítico e estruturar um organismo das Américas que legitime a intervenção militar norte-americana; procurando alinhar a política externa dos países latino-americanos com a sua política e contam com o seu apoio para suas iniciativas nos organismos internacionais ou fora deles; e mantendo também regimes democráticos, ou não que garantam a liberdade de ação dos interesses estadunidenses.

Consolidar a influência estadunidense sobre os maiores estados da região, com seu apoio na disputa com outras potências. Ao mesmo tempo, vínculos de dependência jurídica dos outros estados estadunidenses para impedir modificações de política econômica, bem

como adotar políticas disciplinadoras dos fluxos dos bens de capital, forçando adaptação da legislação e das instituições dos diversos países modelos norte-americanos, facilitando a atuação de mega empresas multinacionais.

Os EUA pretendeu a hegemonia militar, com a presença e liderança tecnológica que garanta a expansão econômica favorável aos interesses, ao bem estar e à segurança da sociedade estadunidense. Elaborar acordos que dificultem ou impossibilitem o desenvolvimento de tecnologias avançadas, de uso militar e civil, além de reduzir seu armamento convencional; e por último diminuir as forças armadas ao papel de guardiãs da ordem interna, transformando-as em forças policiais.

O objetivo econômico dos EUA, é manter os mercados latino-americanos abertos para suas exportações, em especial industriais, e seus investimentos, por meios da defesa das teorias econômicas liberais e do livre comércio. Estabelecendo um território único nas Américas com livre circulação de bens, serviços e capitais; porém sem livre circulação da mão-de-obra, em especial a menos qualificada; adotando o dólar como moeda hemisférica, cuja emissão e circulação ficaria sob exclusivo controle estadunidense.

4.3 A ALCA e o neoliberalismo ou neomercantilismo da América Latina

Os países em desenvolvimento enfrentam situações recorrentes de instabilidade econômica, com indesejáveis desdobramentos políticos e sociais. A estrutura produtiva reflete internamente na renda, os seus efeitos tendem a ser mais amplos, já que o nível de emprego e as receitas governamentais são variáveis dependentes do comportamento mais geral da economia.

As economias em desenvolvimento marcadas pela instabilidade econômica interna e externa são sucedidas pelas políticas governamentais ditas de ajustamento, ora voltadas para a estabilização dos preços dentro da economia, ora dirigidas ao reequilíbrio das transações internacionais, mais invariavelmente modeladas e impostas pelo FMI; e às quais os países se submetem pela necessidade de garantir a manutenção do financiamento externo diante da influência que a posição das instituições financeiras internacionais exerce sobre o fluxo internacional de capitais como um todo, pois os chamados agentes que atuam no mercado:

bancos, gestores de fundos, etc., provocam instabilidade financeira interna, nos países devedores, sempre que este pretendem introduzir qualquer ação reguladora (Munhoz, 2001 apud Sader).

Para Munhoz (2001), as autoridades monetárias diagnosticam sempre que as pressões inflacionárias decorrem do excesso de demanda, procurando reduzir o nível de atividades da economia como um todo, através da elevação das taxas de juros, aumento de impostos, redução de subsídios, contenção das despesas de consumo e de investimentos do setor público, e com isso, os agentes econômicos se tornam mais frágeis, levando os trabalhadores a aceitar perdas definitivas de renda reais.

Os instrumentos de intervenção que a ortodoxia sempre recorre agravam ainda mais a penalização dos trabalhadores; com o aumento dos juros e de tributos elevam-se ainda mais os custos de produção e os preços em geral na economia, e paralelamente aumentam as rendas financeiras e as receitas do Tesouro, provocando novas perdas nos salários reais.

Os países da América Latina vem enfrentando nas três últimas décadas uma sucessão de dificuldades econômicas que os tornaram extremamente dependentes de capitais externos, afetando a estabilidade política.

Nos anos 70, os desequilíbrios externos ligados à chamada crise do petróleo, estimulavam os países emergentes a manterem suas economias abertas, sustentando níveis de importações incompatíveis com uma economia mundial em posição defensiva. Os problemas refletiram no endividamento externo crescente das economias periféricas, e em fortes pressões inflacionárias internas, levando ao estrangulamento externo dos devedores, dadas as dificuldades para manutenção do financiamento bancário (Munhoz, 2001 apud Sader).

Já nos anos 80, segundo Munhoz, as economias latino-americanas em sua quase totalidade viram-se submetidas à políticas econômicas recessivas, e que paralelamente provocam profunda desestabilização monetária, aumentando as taxas de inflação dados os aumentos de custos que as medidas ortodoxas introduziam no sistema produtivo.

Os novos problemas tiveram como origem as políticas internas de caráter neoliberal, abrindo unilateralmente os mercados, substituindo a produção nacional por bens importados, subsidiados por programas de valorização cambial e estimulados pelo desmonte dos instrumentos de proteção tarifária.

O modelo econômico dos países como o México, Argentina, Brasil, Peru e muitos outros, se fundamentou na introdução de medidas visando a contenção dos preços internos através das políticas de câmbio e de tarifas, e ainda a redução dos salários reais. Com isso, as importações baratas e a redução dos custos salariais foi possível aos países da região reverter as pressões inflacionárias que emergiam, associados aos programas de ajuste impostos pelo FMI; mas os déficits do balanço de pagamentos não só tornaram-se inevitáveis como incontroláveis, fazendo ressurgir o endividamento externo.

Em muitos países nos anos 90, em que o financiamento dos déficits externos foi autorizado pela entrada de capitais autônomos, o mecanismo de atração de capitais de curto prazo, altamente especulativos, foi o aumento das taxas de juros sobre títulos públicos, garantindo assim, aos investidores ganhos certos e elevados provocando um rápido crescimento da dívida do Governo Central. Com isso o empobrecimento da população em ambos os países tem sido visto através do crescente aumento do desemprego e a desnacionalização econômica.

O modelo neoliberal que deu suporte teórico aos programas de abertura econômica na América Latina estabelecia-se na suposta inevitabilidade de os países ingressarem num processo de globalização econômica em andamento. E essa onda neoliberal tinha como objetivo último não a consolidação das economias em desenvolvimento, mas sim a fragilização dos Estados Nacionais e a desarticulação de projetos de fortalecimento econômico e político (Munhoz, 2001 apud Sader).

Segundo Munhoz (2001), apenas as economias latino-americanas praticaram o liberalismo comercial, e conseqüentemente ampliaram suas importações, enquanto as exportações, além de enfrentar os esquemas protecionistas do mundo rico, eram travados face à perda de competitividade determinada pela valorização artificial da moeda.

A ALCA, gerada pelo progresso da doutrina neoliberal imposta por setores públicos dominantes dos EUA a seus apaniguados latino-americanos, desde meados dos anos 70, embora fale em livre comércio, assemelha-se ao sistema mercantilista do antigo sistema imperial (Petras, 2001 apud Sader).

Os EUA se reservam com o direito de manter subsídios de 30 bilhões de dólares para sua agricultura, proteger suas indústrias, cotas para importações em setores econômicos nos

quais não é competitivo, etc; enquanto do outro lado os países latino-americanos, tem que eliminar todas as barreiras comerciais e cumprir a doutrina do livre comércio.

A ALCA não estimula a concorrência, mais fomenta os monopólios, aumentando as posições comerciais monopolistas da potência principal no hemisfério, isto é, os EUA aumentando as vantagens deste país, e diminuindo a capacidade dos países latino-americanos de obterem melhores preços, tanto nas vendas como nas compras, com isso, diminuindo a concorrência no mercado mundial (Petras, 2001 apud Sader).

Em relação à teoria econômica, a ALCA é a negociação da premissa básica dos princípios liberais (ou neoliberais), tornando-se um sistema mercantilista centrado na supremacia política dos EUA, cujas as políticas econômicas são ditadas pelo estado imperial por meio de um conjunto de estruturas assimétricas, monopolistas, facilitando o fluxo dos benefícios em uma única direção.

A transição do neoliberalismo ao mercantilismo dos EUA e a ALCA gera do resultado de dois fatores: sendo um, o agravamento da crise econômica dos EUA, e o outro a crescente concorrência da Europa e da Ásia, levando a déficits imensos e insustentáveis na balança de pagamentos ou na conta corrente.

No comércio inter regional, especialmente no Mercosul, a ALCA favorecia as exportações diretas para os EUA além do comércio, por meio de subsidiárias, nos mercados regionais, com isso, aumentaria o superávit comercial dos EUA, prejudicando os provedores secundários de propriedade locais das companhias estadunidenses.

A ALCA seria um retorno às relações bilaterais assimétricas, substituindo um comércio regional no qual os regimes locais tinham alguma margem de negociação, sendo provável que o comércio regional, ficaria subordinado à ALCA. No entanto, favorecerá os exportadores dos EUA, especialmente o agrobusiness, os fabricantes, os serviços da informação e dos bancos, enquanto debilita o agrobusiness argentino e as indústrias brasileiras.

As regulamentações da saúde, educação, e da legislação trabalhista, seriam privatizadas como resultado do fim dos subsídios, abrindo a porta para gigantescas corporações de saúde dos EUA e os altos preços de matrículas para universidades públicas, significando o fim dos últimos vestígios de soberania nacional, a recolonização da América Latina (Petras, 2001 apud Sader).

Segundo Petras (2001), a ALCA é a extensão lógica das políticas neoliberais do nível nacional e regional para o hemisfério, criando uma fortaleza da América contra a concorrência euro-asiática, e para maximizar a extensão de lucros destinados a financiar a crescente crise nos EUA.

A ALCA provocou uma oposição generalizada, que vai dos movimentos sindicais e camponeses à setores da burguesia nacional; sua avidez vai além da política neoliberal, por um monopólio mercantilista, centrada no império, ameaçando deslocar certos setores da burguesia.

Para Petras (2001), o acordo ALCA significa mais concentração de riquezas em mãos das multinacionais estadunidenses, e a eliminação das forças intermediárias, como pequenos burgueses/burgueses, capazes de mediar ou de controlar uma oposição de massas, com isso, ocorre uma maior repressão estatal, na medida em que a oposição combine, cada vez mais, as lutas nacionalistas e as sociais.

O veneno neoliberal e outras falsidades os cegam incuravelmente, e inclusive enganam importantes setores da população que não compreendem a essência dos problemas que sofrem, aos quais não se lhe explica nada, ou lhes oculta a informação.

Para Cuba, é absolutamente claro que o chamado Acordo de Livre Comércio das Américas nas condições, prazos, estratégias, objetivos e procedimentos impostos pelo EUA, conduz inexoravelmente à anexação da América Latina aos EUA.

A associação entre uma gigantesca potência industrial, tecnológica e financeira, com países que sofrem de um alto grau de pobreza, de subdesenvolvimento e de dependência financeira no que diz respeito às instituições que dependem da égide dos EUA, que contrata, rege e decide no FMI, no Banco Mundial, no Banco Interamericano de Desenvolvimento e outros, impõe tais condições de desigualdade, que só pode implicar na absorção total da economia dos demais países da América Latina e Caribe pela economia dos EUA.

Todos os bancos, as companhias de seguros, as telecomunicações, os serviços marítimos e as linhas aéreas serão estadunidenses, sendo que o comércio passará pelas mãos norte-americanas, desde as grandes redes de comercialização até as vendas de pizzas e McDonalds (Castro, 2001 apud Sader).

Para Castro (2001), os grandes centros de pesquisa, a biotecnologia, a engenharia genética, as empresas farmacêuticas, a produção de maquinarias e equipamentos e outras, serão propriedade das transnacionais do EUA.

A América Latina continuará desempenhando, em condições cada vez mais difíceis e insuportáveis, o triste papel de fornecedora de matérias primas e de mão-de-obra cada vez mais barata, comparada com os salários que se pagam nos EUA, 15 ou 20 vezes maiores que as grandes transnacionais pagam nas fábricas que instalam na região, sendo que empregam cada vez menos pessoas, pelo nível de automatização e pela produtividade que alcançam.

A ALCA significará mais neoliberalismo, menos proteção da indústria e dos interesses nacionais, mais desempregos e problemas sociais, beneficiando somente o grande capital transnacional (Castro, 2001 apud Sader).

CAPÍTULO 5

5 A INTEGRAÇÃO DO BRASIL NA ALCA

5.1 Considerações iniciais

No presente capítulo a análise recai sobre o acordo da Área de Livre Comércio das Américas na economia brasileira, enfatizando as negociações, e a importância deste acordo para o futuro do país.

A próxima etapa consiste no desenvolvimento do acordo, com os principais impasses e implicações da ALCA na sobrevivência da economia política brasileira.

Logo após, veremos onde o livre comércio irá afetar nos setores de exportação e importação, quem irá ganhar ou perder em relação às barreiras tarifárias a partir da assinatura do acordo.

5.2 A ALCA interessa ao Brasil?

A ALCA significará para o Brasil muito mais do que uma associação a um acordo de livre comércio, que por si só produzirá a perda da capacidade de sofisticação e o aprimoramento, com isso, a abdicação de um projeto de desenvolvimento nacional, a impossibilidade de construção de uma democracia substantiva e o fim das pretensões de exercícios de uma liderança na sub-região.

Para o Brasil, a ALCA não é uma questão de prazos e nem de negociação de questões pontuais que possam ser de interesse de alguma empresa ou setor da sociedade brasileira.

O governo quer participar de uma ALCA em que todos tenham melhores condições de acesso aos mercados que a integram, sendo que a sua negociação é uma questão extremamente importante para o futuro do país.

O prazo para que o acordo entre em vigor deve começar a partir de 2005/2006, concluindo as negociações sobre que produtos a serem incluídos no processo e o grau de redução tarifária. A proposta é que, a partir de 2005 ou 2006, haja prazo de mais 10 anos para que a ALCA funcione efetivamente, ou seja, todos os produtos circulem com tarifa zero, com isso, os países aumentam suas receitas e riqueza, fazendo com que o comércio contribua para mais desenvolvimento.

A incorporação gradual é a subordinação do Brasil ao território econômico e à esfera de influência política dos EUA, levando ao fim do anseio histórico de construção de uma sociedade democrática, justa e próspera. A ALCA reduzirá de forma drástica a possibilidade de fazer política econômica voltada para os interesses do Brasil, que conta com uma sociedade subdesenvolvida, porém de extraordinário potencial.

Além disso, as características da pauta comercial do país e a origem dos investimentos estrangeiros no Brasil são bem mais diversificadas e menos dependentes do mercado americano, onde a participação brasileira em uma Área de Livre Comércio das Américas, dominada pelos interesses e pela dinâmica da economia dos EUA. Como os EUA tem uma tarifa zero e com a economia mais diversificada do mundo, é óbvio que serão eles os grandes beneficiários de uma eventual ALCA em termos de comércio e de investimentos.

A ALCA permitirá que as empresas americanas e canadenses, já instaladas no Brasil, importem partes, peças e componentes à tarifas que serão gradualmente reduzidas a zero, o que diminuirá os custos relativos dessas empresas no Brasil, face às empresas de outros países desenvolvidos, o que irá afetar negativamente esses investidores.

A melhor situação de negociação comercial internacional para o Brasil, é constituída pelas negociações de caráter multilateral na OMC, onde o Brasil pode graduar suas concessões, inclusive um nível de consolidação excessivo de suas tarefas e jamais tendo de assumir o compromisso de consolidar toda a sua tarifa em nível zero, como na prática ocorrerá na ALCA em relação aos EUA, a que, aliás, reduzirá notavelmente nosso poder de barganha em negociações multilaterais, pois já teremos reduzido à zero nossas tarifas com o Canadá e os EUA.

O Brasil é um dos cinco maiores países do mundo em extensão territorial, o que significa um potencial enorme em agricultura, recursos minerais, biodiversidade e água; tem uma das dez maiores populações do mundo, o que significa mercado potencial extraordinário e

possibilidade de ter em seu território quase todas as indústrias com escala ótima de produção, sendo que no Brasil inexistem conflitos étnicos ou religiosos e há um só idioma.

Os fundamentos para o Brasil exercer sua capacidade negociadora estão presentes, mas se encontram amortecidos por uma concepção de suposta escassez de poder, com isso, esta concepção significa uma extraordinária escassez de auto estima e de confiança no Brasil e no seu povo, que tem predominado em tempos recentes nos meios políticos e econômicos nacionais.

O Brasil tem uma estrutura industrial e agrícola não complementar à dos EUA e com níveis de integração produtiva, desenvolvimento tecnológico e escalas de produção substancialmente menores, o que nos coloca numa clara posição de inferioridade para competir com a indústria estadunidense (Tavares, 2000 apud Sader).

Uma liberalização do comércio hemisférico, antes mesmo de chegar à eliminação total de tarifas e outras barreiras não tarifárias, teria um impacto altamente destrutivo sobre a nossa indústria, mesmo aquelas que já conseguiram ajustar-se à maior concorrência das importações decorrente da atual política de liberalização, inclusive as que operam no âmbito do Mercosul (Tavares, 2000 apud Sader).

Para nós, a questão maior se refere à incompatibilidade da ALCA, nos termos em que está sendo proposta, com os interesses estratégicos nacionais, ou seja, com a preservação da nossa capacidade e autonomia para construir nosso próprio futuro, tendo como referência as necessidades e preferências econômicas, sociais, culturais e políticas do nosso povo, esse é o núcleo do problema, o resto é acessório (Mercadante, 2002 apud Sader).

O problema central do comércio com os EUA não são as tarifas, estas são baixas, mas sim as barreiras não tarifárias, incluindo a legislação antidumping e a complexa rede de subsídios não explícitos que constituem a espinha dorsal do sistema de proteção comercial estadunidense. Tudo indica que os EUA não estão dispostos a abrir mão desses instrumentos, que apoiados numa legislação detalhada e complexa e em instituições consolidadas, dão ao país uma enorme margem de manobra para ajustar a liberdade de comércio aos seus interesses e necessidades conjunturais.

Numa negociação comercial, o poder é dado, muitas vezes, pelo tamanho do mercado interno de cada país envolvido nas negociações, este sim, sempre foi um fator importante para o Brasil, porque é o nosso mercado que é visado pelos exportadores estrangeiros.

A idéia do governo é mesmo a de não se limitar à ALCA, também trabalha pelo sucesso de todos os outros processos de integração regionais, com os quais o Brasil mantém contato, sendo que a diversidade de parcerias é que vai permitir a expansão do comércio internacional do país, fortalecendo o Mercosul e ampliando a sua abrangência para aproximá-lo da integração sul-americana, liderando a resistência à política expansionista dos EUA.

O exercício da capacidade negociadora depende da mobilização e conscientização da sociedade, empresas, trabalhadores, estudantes, militares, religiosos, acadêmicos e todos os cidadãos, para a defesa e a promoção dos interesses brasileiros na esfera internacional diante dos interesses das grandes potências para quem a emergência de novos atores, independentes e conscientes.

5.3 O desenvolvimento e os impasses da ALCA para o Brasil

A participação do Brasil em um acordo de livre comércio desta natureza terá inúmeras e profundas implicações, não apenas econômicas, mas também políticas.

A estratégia negociadora do Brasil na ALCA tem sido a de tentar protelar a entrada em vigor do acordo, sob o argumento de que o Brasil precisa preparar sua indústria para ganhar mais competitividade de forma a poder enfrentar melhor uma situação de tarifa zero com os EUA, e para tal necessita ter tempo para reduzir as assimetrias econômicas e tecnológicas.

“O empresário nacional encontra-se apreensivo em relação à ALCA, sendo que uma nova abertura precipitada da economia brasileira pode levar boa parte das empresas nacionais à falência, com isso, a indústria brasileira desaparecerá se o país entrar bruscamente na ALCA”⁶.

Os negociadores brasileiros na ALCA focalizam o que chamam de interesse nacional na tentativa de obtenção de melhores condições de acesso ao mercado norte-americano, mesmo sabendo que os EUA se manterão fechados precisamente aos produtos que interessam ao setor exportador brasileiro, como o aço, suco de laranja e calçados.

⁶ Presidente da FIESP, Horácio Lafer Piva, 14/12/2000.

A ALCA apresenta riscos significativos em relação à sobrevivência do Mercosul, embora exista formalmente a possibilidade de convivência de um acordo sub-regional dentro de um bloco comercial maior (Melo, 2002 apud Sader).

Na realidade não são poucas as ameaças que a ALCA representa ao futuro do Mercosul entre elas, o fantasma da dolarização; a tendência de queda da produção frente à maior competitividade dos produtos norte-americanos, em um cenário de ampla liberalização; o fato das barreiras não-tarifárias serem os grandes obstáculos à exportação de produtos do mercosul para os EUA; e o recente acordo do Chile com os EUA, que produz fissuras no poder de barganha do Mercosul.

O impacto da ALCA, dependerá muito do próprio Mercosul, e do que seus países membros esperam dele, se o acordo sub-regional for restrito à negociações comerciais, terá dificuldades em resistir; para o Mercosul sobreviver deverá ser um projeto de desenvolvimento para a sub-região devendo abranger diversas dimensões, além da comercial. Nesta perspectiva, há muito a fazer para aprofundar as dimensões institucionais, sociais, políticas, culturais e de harmonização pelo alto das normas e da legislação nas áreas trabalhista, ambiental e de enfrentamento das desigualdades sociais na sub-região (Melo, 2002 apud Sader).

Existem enormes disparidades entre os países integrantes do Mercosul em termos de PIB e, no que se refere aos índices de desenvolvimento humano e de bem social; embora o Brasil seja detentor do maior PIB do bloco, está entre os países que apresentam os piores indicadores sociais.

Frente à fragilidade das economias da região e aos impasses políticos e econômicos criados pela adesão ao receituário neoliberal, que inviabilizam a retomada do desenvolvimento com isso, os governos da América do Sul tem tentado elevar seu poder de barganha nas negociações da ALCA fortalecendo um bloco sul-americano que uniria o Mercosul ao Pacto Andino e que constituiria, até 2002, uma área sul-americana de livre comércio sob hegemonia brasileira.

Para o Brasil, o grande desafio é a construção de um projeto nacional que concilie democracia e desenvolvimento, de forma a superar definitivamente a tradição autoritária e excludente que marca a formulação da política externa no Brasil e que seja capaz de orientar

os rumos a serem seguidos pelos nossos negociadores oficiais a partir do jogo complexo da dinâmica democrática no âmbito doméstico (Melo, 2002 apud Sader).

5.4 Estudo de caso

O crescimento do comércio bilateral que deve-se a aumentos razoáveis de nossas exportações não permite, no entanto, concluir que houve queda ou desmonte de barreiras aos produtos brasileiros no mercado americano, sendo que o incremento de nossas vendas para os EUA, parece ter decorrido, como de resto para os demais países, de ganhos de competitividade derivados da desvalorização cambial e de maior produtividade de setores específicos.

A situação de desequilíbrio da balança comercial associada à relativa estagnação das exportações brasileiras, foi sempre atribuída pelo governo estadunidense ao denominado “custo Brasil” e é alegada sobrevalorização do real frente ao dólar estadunidense, pretendendo com isso, ignorar o impacto das barreiras tarifárias e não-tarifárias impostas às exportações brasileiras.

Em 2000, o governo estadunidense, lançou mão da ampla margem de manobra que lhe confere a legislação comercial para dificultar, quando não barrar, o livre acesso ao mercado estadunidense de bens e serviços brasileiros. A capacidade de pressão de segmentos produtivos setoriais, interessados na imposição ou manutenção de barreiras comerciais, e em especial sua atuação junto ao legislativo estadunidense em muito restringiu o poder negociador brasileiro na tentativa de reduzir ou remover as barreiras de comércio.

A proteção a setores ineficientes, por exemplo, esteve, mais do que nunca, calcado nos mecanismos de defesa comercial. O Brasil foi penalizado injustamente nas exportações brasileiras de siderúrgicas, ao haver sido incluído em investigações anti-dumping e de direitos compensatórios iniciados para contrarrestar o dano causado no mercado dos EUA por outros países fornecedores.

Além disso, o Brasil tem sido impedido inclusive de preencher as quotas estabelecidas no acordo de suspensão por dificuldades no Departamento de Comércio no estabelecimento de preços de referência para certos tipos de acabamento.

Na área de propriedade intelectual, o Brasil não apenas voltou a ser incluído na lista de observação, como foi objeto de petições apresentadas por associações visando à retirada dos benefícios concedidos ao Brasil.

Nas áreas de tarifas, os EUA conservam inalteradas os picos tarifários para muitos produtos importantes da pauta exportadora brasileira, como o suco de laranja, calçados e têxteis. A média tarifária ou de equivalente tarifária aplicada pelos EUA sobre os 15 principais produtos de exportação global do Brasil atinge 45,6%, ao passo que a média aplicada pelo Brasil aos 15 principais produtos de exportação americana é de apenas 14,3%.

A ambivalência da política comercial estadunidense também se fez mostrar na área agropecuária, em que foram mantidos, serão incrementados, os subsídios agrícolas distorcivos ao comércio, que constituem barreira indireta aos produtos brasileiros no mercado dos EUA e em terceiros mercados.

Os programas de apoio às exportações facilitam as operações ao criar mais incentivos as exportações, oportunidades de crédito para compradores potenciais e infra-estrutura de apoio no exterior para auxiliar na armazenagem de produtos agrícolas estadunidenses. Um dos objetivos da nova legislação estadunidense é o de dar sustentação estratégica que possibilite o crescimento das exportações agrícolas estadunidenses, em taxas superiores às mundiais. São os seguintes programas em questão:

- Export Enhancement Program (EEP): criado para combater supostas práticas comerciais desleais de outros países, consiste no pagamento de compensações aos exportadores estadunidenses de produtos agrícolas para determinados países alvo, que são definidos como aqueles onde as vendas estadunidenses sejam inexistentes, tenham diminuído ou estejam ameaçadas em virtude da competição de produtos subsidiados.

- Dairy Export Incentive Program (DEIP): responsável pela maioria das despesas estadunidenses com subsídios às exportações agrícolas, o programa foi criado para tornar os produtos lácteos estadunidenses mais competitivos perante países que subsidiam sua indústria de laticínios. Funciona por meio da concessão de bônus em dinheiro aos exportadores, permitindo que estes vendam seus produtos abaixo do seu preço de custo.

- Export Credit Guarantee Programs (ECGP): estabelecidos para aumentar as exportações estadunidenses em países onde seria necessário financiar as compras e onde

instituições financeiras privadas somente concedem financiamentos com garantia do departamento de agricultura.

- Supplier Credit Guarantee Program (SCGP): garante frações relativamente menores do valor das exportações de produtos agrícolas considerados por períodos mais curtos.

Em todos os setores, seja em negociações relativas a dumping e subsídios, seja na busca de abertura do mercado ao acesso de determinado produto, ora submetido a restrições, por exemplo, de natureza fitossanitária, verifica-se que o curso de ação do Brasil tem apresentado eficiência mínima ou quase nula.

O Brasil na mais diversas oportunidades tem procurado fazer ver às autoridades norte-americanas o caráter injustificável das barreiras impostas às nossas exportações, chegando a afetar cerca de 80 bens de serviços brasileiros.

As quotas são estabelecidas pelo governo norte-americano anualmente, sendo que os países a elas sujeitos recebem o tratamento de nação mais favorecida, e se lhes aplica o imposto de importação de US\$ 14,60 por tonelada para sua quota. Por outro lado, o Sistema Geral de Preferências (SGP) concede a maioria dos países latino-americanos e caribenhos a isenção da tarifa do imposto, menos para o Brasil e a Argentina.

Os impostos de importação de diversas frutas variam de acordo com a época do ano em que são importadas. A tarifa aduaneira para as uvas brasileiras, por exemplo, oscila de US\$ 1,13/m³, entre 15 de fevereiro e 31 de março, a zero, de 1º de abril a 30 de junho, e a US\$ 1,80/m³ no restante do ano.

As barreiras sanitárias norte-americanas vedam a importação da maioria das frutas e legumes brasileiros, alguns com grande potencial no mercado estadunidense. A grande parte daqueles cuja entrada é permitida, um obstáculo adicional é o requisito obrigatório da obtenção pelos importadores de licenças prévias de importação, com isso, praticamente 100% das importações de frutas e legumes brasileiros necessitam de licenças prévias. Outros entraves são os tratamentos especiais e a exigência de admissão de vários produtos por portos específicos.

A maior barreira é a lentidão da burocracia do USDA (United States Department of Agriculture) no exame dos dados fornecidos pelos produtores/exportadores de comprovação da inexistência ou do controle efetivo, com métodos adequados, de alegadas pragas em áreas

de produção. Em alguns casos pode levar anos, com centenas de produtos na fila de espera no processamento da análise de risco.

A maioria dos produtos do Brasil exportados para o EUA, recebem uma inspeção sanitária, acompanhado de um certificado de que não possuem doenças contagiosas, e nem o uso de pesticidas.

Para as companhias seguradoras, as barreiras estadunidenses são essencialmente geográficas e tributárias, onde a supervisão e regulamentação das atividades de seguradoras nos EUA são estaduais obrigando as empresas estrangeiras a obterem diferentes licenças para cada Estado.

A principal barreira a investimentos estrangeiros diretos nos EUA é a emenda que autoriza o Presidente a investigar os efeitos de fusões, aquisições e que resultem no controle estrangeiro de pessoa jurídica engajada em opções comerciais que envolvam segurança nacional.

A legislação tributária estadunidense, tanto nos investimentos diretos, quanto nos investimentos de portfólio e os serviços financeiros deparam-se com uma barreira comum a todas em operações nos EUA.

A base tributária sobre o pagamento de impostos nos EUA, americanos e estrangeiros residentes nos EUA, pessoas físicas e jurídicas, passaram a ter sua renda taxada no mundo inteiro, mesmo quando essa renda não seja remetida para os EUA; e as empresas são taxadas sobre sua receita e os acionistas são taxados quando da distribuição de dividendos.

Para a América Latina, a mudança na legislação tributária estadunidense teve profundas conseqüências: onde empresas estadunidenses passaram a gozar de crédito fiscal para o imposto sobre remessas e a repartir lucros que, de qualquer forma seriam tributados, com isto, reduziu-se o estímulo para reinvestimento; a nova legislação estimulou a formação de filiais em detrimento das subsidiárias; e a limitação das deduções de pagamentos de juros a terceiras partes não sujeitas a legislação tributária estadunidense, na quase totalidade dos casos de empresas estrangeiras.

As barreiras norte-americanas a serviços financeiros concentram-se no sistema bancário e tem caráter geográfica e setorial. Os bancos estrangeiros, que normalmente operam em vários países oferecendo ampla gama de produtos, limitam-se, nos EUA, a operar em alguns estados estadunidenses proporcionando apenas parte do produtos de que dispõem.

Os bancos brasileiros que operam nos EUA concentram suas atividades no financiamento de operações comerciais de empresas brasileiras exportadoras e importadoras e na administração de recursos de investidores privados, sendo quase todos bancos de atacado, que não competem com os bancos de varejo americanos, e constituem para o incremento do comércio bilateral. Há 9 bancos operando nos EUA (Banco do Brasil), Banco Real, Unibanco, Bradesco, entre outros) como agências ou escritórios de representação.

Os problemas com que se defrontam as exportações brasileiras, principalmente nas áreas de processos de direitos anti-dumping e compensatórios nos EUA, tornaram-se na prática barreiras ao acesso de produtos brasileiros ao mercado norte-americano.

A legislação norte-americana na área de compras governamentais e estabelece restrições de acesso ao mercado norte-americano sob variadas formas, especialmente a proibição a órgãos públicos de adquirir bens e serviços de fornecedores estrangeiros, a imposição de requisitos de fabricação local e a extensão de preços preferenciais a fornecedores domésticos.

Nas atuais negociações para a formação da ALCA, o Brasil tem mantido sua posição de que as conversações hemisféricas se pautem pelas normas da OMC na matéria, sem prejudicar-las ou ultrapassar-las, cumprindo afastar o risco de que interesses protecionistas utilizem-se de legítimas preocupações ambientais.

Os EUA reiteraram na defesa de medidas de promoção da proteção ambiental como essenciais nas relações comerciais entre os Estados, promovendo acordos ambientais multilaterais, que merecem atenção especial, pois a proliferação de rótulos ambientais pode constituir-se em barreiras não-tarifárias às exportações brasileiras.

Os EUA dispõem de uma estrutura de comércio exterior aberta, com média tarifária baixa e alta capacidade de absorção de importações, o que se reflete em déficits consideráveis.

No Brasil o comércio exterior americano penaliza indevidamente alguns produtos fundamentais da pauta de exportação brasileira, afetados por picos tarifários, restrições sanitárias e fitossanitárias, medidas compensatórias e medidas anti-dumping.

O principal problema é a extensão do protecionismo americano em relação ao Brasil, sendo que os produtos de exportação global do Brasil e dos EUA demonstra que a média de tarifa ou equivalente tarifário aplicado contra estes produtos brasileiros nos EUA chega a 45.6%, e a média aplicada pelo Brasil aos produtos americanos corresponde a 14.3%.

No caso das tarifas aplicadas pelo Brasil, ainda que maior número de produtos sejam a tarifas significativas, acima de 10%, sua média entre os quinze mais exportados globalmente pelos EUA é bem mais baixa do que a praticada pelos EUA contra nossos principais produtos, uma vez que variam dentro de patamar razoável, de 3% (para alguns chips e partes de avião) a 35% (para veículos), justamente a tarifa máxima praticada pelo Brasil.

Há, portanto, maior uniformidade na estrutura de tarifas ou de equivalências tarifárias brasileira, inexistindo picos que catapultem a média para níveis mais elevados. A conclusão preliminar é de que a economia norte-americana é aberta sim, mas penaliza o Brasil nos seus principais produtos de exportação.

5.5 Os setores de exportação e importação com o acordo ALCA

O acordo ALCA, visto com cautela pelo Brasil, visa eliminar gradativamente produto a produto as atuais barreiras tarifárias ao comércio hemisférico até o estabelecimento do livre comércio; tendo tarifa zero para todos os produtos num prazo de 10 anos, a partir da assinatura do acordo.

O livre comércio vai provocar um novo choque de liberalização, semelhante ao que foi produzido ao longo dos anos 90; só que dessa vez, muitos setores estão preparados e são poucos, realmente, os que demonstraram algum receio.

A agropecuária brasileira, especialmente o agronegócio, está mais bem preparada do que a indústria, mas o que tira o empresário brasileiro do sério é o pessimismo em relação à reciprocidade de acesso a mercados, principalmente ao norte-americano.

Os ganhos do setor agroindustrial brasileiro com a ALCA podem chegar a 5 bilhões anuais. Hoje, o Brasil exporta para o mercado estadunidense US\$ 1,5 bilhões desses produtos e importa US\$ 300 milhões, ganhando o agronegócio, portanto, desde que sejam eliminadas as barreiras e que o Brasil supere obstáculos internos às exportações.

Segundo Barbosa, cerca de 51% das exportações brasileiras se destinam ao hemisfério, onde 70% desses produtos são manufaturados principalmente oriundos do estado de São Paulo e 60 % desse comércio são restringidos de alguma maneira. Das nossas exportações 28% vai

para a Europa e, desses 60% são produtos agrícolas, e 23 a 24% é exportado para a América do Sul e desses, cerca de 60% são manufaturados.

A confederação Nacional da Indústria (CNI) está preocupada com o grau de influência do setor privado brasileiro em negociações internacionais, buscando o aperfeiçoamento da participação e da influência dos empresários nos acordos da ALCA, bem como em qualquer outra estratégia de integração internacional do país.

O aperfeiçoamento só avançará na medida em que forem institucionalizados mecanismos de consultas mútuas entre governo e setor privado, sendo que em algumas ocasiões, a consulta quando o governo já assumiu compromissos, a que torna difícil qualquer modificação que atenda às demandas empresariais (Douat, 2000).

Plöger, Presidente do Conselho de Administração da Melhoramentos Papéis afirma que:

“ O Brasil, não está mais bem preparado para a ALCA por motivos de ordem interna: juros altos, falta de uma reforma tributária e previdenciária e, sobretudo, o alto grau de informalização da economia e do mercado de trabalho, com isso, precisamos voltar a formalizar o mercado de trabalho para que a população ganhe melhor, fortalecendo o mercado interno”.

O impacto poderá ser positivo no setor de autopeças, medicamentos, bens intermediários, têxteis, couro e calçados e no agronegócio de maneira geral; defendendo uma integração oportuna e prudente para todos, porque alguns setores vão ganhar e outros vão perder (Magnini, 2000).

Se o acordo começasse hoje, a indústria brasileira sofreria duas perdas: em primeiro lugar, o déficit comercial do setor cresceria US\$ 5 bilhões e em segundo, haveria perda para setores inteiros, como o de bens de capital.

O diretor do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), sugere um plano de ação urgente, formulando uma política industrial que reduza a defasagem entre os níveis de produtividade da indústria brasileira em relação à americana e que esta ação seja conjunta entre governo e iniciativa privada.

A indústria de açúcar e álcool, um dos segmentos mais discriminado do comércio internacional, está preparada para a liberalização do comércio de todos os seus produtos, não vão tolerar mais qualquer acordo, que não inclua esses produtos, sendo os EUA que tem medo da nossa concorrência.

O aço brasileiro é outro produto muito discriminado, sobretudo no mercado norte-americano, mas não acreditam que as autoridades dos EUA facilitem as importações de aço brasileiro. Com isonomia a siderurgia brasileira está preparada, sendo o uso abusivo e distorcido de legislações protecionistas que preocupa (Polanczyk, 2000).

Outra cadeia produtiva, que defende a antecipação da ALCA, é a indústria de calçados, altamente competitiva e uma aceleração nas negociações colocaria o setor calçadista brasileiro em posição de vantagens sobre outros países produtores das Américas. Do ponto de vista da competitividade, o setor de calçados teria um ganho com a ALCA, por ter feito o dever de casa logo após o Plano Real, ao concentrar altos investimentos na busca da qualidade, ressaltando, porém, que a medida deixa de ser interessante para todas as partes, se os mercados não forem efetivamente livres (Schievlbein, 2000).

A Associação Brasileira da Indústria Têxtil e Confecções, mostra que se sente confortável, investiu cerca de US\$ 6,5 bilhões em modernização, e está empenhado no momento na estratégica aliança com o segmento da moda. O mercado estadunidense é de grande interesse para o setor têxtil brasileiro, que tem demonstrado grande capacidade de acesso a esse mercado altamente competitivo, sendo que o problema não são as barreiras tarifárias, que nos EUA estão entre 1,5 e 2% para têxteis, mas sim as não-tarifárias. Apesar das dificuldades, o segmento de malharia, já atingiu 95% da cota a que tem direito no mercado estadunidense, 23 milhões de unidades por ano.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho aqui desenvolvido teve como foco mostrar o desenvolvimento do acordo da Área de Livre Comércio das Américas, com os seus antecedentes e o período das negociações, de forma a analisar os impactos deste acordo no comércio internacional durante o processo de integração dos países envolvidos.

Os acordos da ALCA podem ser a expressão aparente de um processo avassalador intercontinental que não se reduz ao conflito entre o nacionalismo versus internacionalismo do capital na América Latina. Um confronto entre as velhas forças sociais, que fazem de tudo para impedirem o nascimento de uma nova forma de vida humana, ainda que disso resulte a barbarização de toda a sociedade; onde a exploração capitalista passará por cima de qualquer limite moral aceitável; sendo que os governos locais não serão mais do que instrumentos para atender as necessidades das empresas multinacionais que lhes garantirão lucro sem qualquer risco.

A criação da ALCA beneficia os países americanos, maximizando a quantidade produzida e exportada agregada e minimizando a quantidade importada agregada, favorecendo também aos indicadores sócio-econômicos e ao saldo da balança comercial, prejudicando a União Européia e o resto do mundo.

A ALCA foi elaborada para beneficiar poucos e prejudicar muitos, por isso, o seu andamento se apoia na falta de conhecimento sobre seu significado e no ocultamento da verdade, mais do que um acordo perverso que prevê suas principais consequências como: a dependência econômica, política, tecnológica e até monetária; o aprofundamento do desemprego; a miséria; a perda dos direitos trabalhistas; a exclusão social; a privatização da saúde e da educação; dentre outros, refere-se a uma disputa de território pelas grandes corporações transnacionais situadas nos EUA.

A conclusão mais importante é que, as previsões indicam que os países mais pobres, e os emergentes como o Brasil, enfrentarão sérias dificuldades em função da combinação de dois fatores: obstáculos internos às exportações e os poderosos subsídios e barreiras tarifárias e não-tarifárias dos países ricos, que bloqueiam as vendas externas dos pobres e emergentes para os mercados desenvolvidos.

Os custos do protecionismo dos ricos contra o comércio dos pobres, é maior do que toda a ajuda oficial que estes últimos recebem, sendo que os países em desenvolvimento perdem em média, 120 US\$ bilhões por ano, por causa das barreiras tarifárias e não-tarifárias.

Um aspecto interessante, que de alguma forma com a implementação da ALCA apresentou para o Brasil os maiores ganhos econômicos quanto aos produtos florestais, e foi este setor que gerou maiores aumentos na balança comercial. Sendo que a ALCA causa um pequeno impacto na quantidade produzida destes produtos na economia brasileira, como animais, minerais e produtos não grãos, porém melhora a significativamente a questão PIB.

Com a concretização da ALCA, o conjunto do continente latino-americano se transformará numa imensa zona franca para a exploração de mão-de-obra barata pelas grandes corporações estadunidenses, como já aconteceu com o México. A América Latina será vítima tanto dos ímpetus expansivos da economia norte-americana, quanto dos efeitos de suas recessões, como ocorre agora dramaticamente com o México, que se tornou um país completamente dependente dos EUA.

O Brasil é o principal país, sobre o qual os EUA avançarão, onde terão mais facilidades para se abater sobre a Amazônia e outras reservas biológicas e de matérias-primas de que o Brasil dispõe, obstruindo qualquer possibilidade de um projeto brasileiro autônomo; onde o caminho da consolidação da integração subordinada do Brasil e do conjunto da América Latina à ALCA e, por meio dela, à hegemonia absoluta dos EUA, não é inevitável.

É preciso, um outro tipo de integração continental, uma necessidade para os países que desejam afirmar sua soberania, para construir uma sociedade justa e solidária, onde várias formas de inserção internacional são possíveis na América Latina, já que existem países em diferentes situações, como o México e a Argentina, entre outros, totalmente subordinados aos EUA, enquanto a Venezuela e Cuba afirmam sua independência diante do governo norte-americano e desenvolvem uma política diversificada de alianças internacionais.

Os países latino-americanos deveriam, antes de estabelecer qualquer outra aliança internacional, integrar-se entre si, dispondo de força própria, baseada na identidade de seus interesses, e ao mesmo tempo trabalhar para a formação de uma frente dos países do Sul do mundo, todos os excluídos dos três mega-mercados mundiais, como a China, a Índia, a África do Sul, e etc, para estabelecer vínculos comuns, intercâmbios e uma plataforma de reorganização da ordem econômica e política mundial.

A iniciativa de um plebiscito sobre a ALCA pode se transformar num bom instrumento de conscientização e de mobilização sobre a questão da globalização liberal e das alternativas a ela, sobre o tema da soberania nacional, das alianças internacionais, da integração latino-americana.

O surgimento de movimentos sociais, centrais sindicais vem crescendo, para combater e repudiar a ALCA, este projeto de liberalização do comércio e dos investimentos, de desregulamentação e privatização, injusto e destruidor do meio ambiente.

A campanha nacional contra a ALCA propõem, a construção de novos caminhos de integração continental baseados na democracia, na igualdade social, na solidariedade, no respeito ao meio ambiente e aos direitos humanos; como uma forma de conscientizar e mobilizar os povos e pressionar os governos construindo comitês nacionais.

Os objetivos desses movimentos é de barrar a ALCA; defender a soberania nacional; mudar o modelo econômico de dependência externa; e construir uma alternativa de integração popular e soberana entre os povos americanos.

As lutas permanentes consiste em resgatar o espírito de militância; conscientização, politização e trabalho de base; mobilizações e ações de massa; realizar consultas populares e plebiscitos, inclusive referendos oficiais e a participação do processo continental de luta.

O primeiro passo na América Latina seria a redefinição do Mercosul, como um processo de integração não apenas econômica ou comercial, mas também social, política, cultural, informativa, tecnologia; e de lançar idéia da criação de um grande projeto de integração latino-americana nos moldes da União Européia, defendendo os interesses latino-americanos diante dos outros três mega-mercados nos fóruns internacionais, além de solidarizar-se concretamente com os outros continentes do Sul do mundo.

Uma outra integração possível e necessária supõe a ruptura com as políticas do FMI, do Banco Mundial e da OMC, sendo que os dois objetivos fundamentais de nossos países atualmente é a soberania nacional e a justiça social que uma combinação de políticas nacionais e internacionais de ruptura com a posição subordinada aos interesses dos EUA e de construção de um internacional alternativo para a grande maioria da humanidade, hoje excluída das grandes decisões do mundo e que poderá vir a ser sujeito da realização de um mundo melhor, se formos capazes de enfrentar os imensos desafios e oportunidades que a crise atual nos coloca para nós.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, J. **As divergências entre Brasil e Estados Unidos e os Limites da integração Continental**, in “temas Del Mercosur”, nº 4, Mendoza, INSTECO.

ALCA. www.ftaa-alca.org, 2000.

ALCA. www.funcex.com.br, 2000.

CEPIS – Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae. **Para entender a ALCA**. São Paulo, Edições Loyola, 2002.

FURTADO, C. **O Capitalismo global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FURTADO, C. **Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GALVÃO, L. E. ALCA, Ela vem aí. O Brasil está pronto. **Rev. Rumos**, São Paulo, v. 3, n. 127, p. 26 – 33, dezembro 2000.

GONÇALVES, R. **As relações Brasil-Estados Unidos e a Formação da ALCA**, in “ALCA e Meio Ambiente”. Rio de Janeiro: Fase, 2000.

JAKOBSEN, K.; MARTINS, R. **ALCA Quem ganha e quem perde com o livre comércio nas Américas**. São Paulo: Coleção Brasil Urgente, Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.

JÚNIOR GARCIA, A. A. **ALCA Área de Livre Comércio das Américas**. São Paulo: Edições Aduaneiras, 1999.

MEIRA, M. E.; SCHROEDER, O.; PINTO, V.; BIMBI, E. **O Mercosul no contexto da integração continental**. Porto Alegre: CONFEA, CIAM: Comitê Executivo – Brasil, CREA/RS, p. 176 – 253, 1997.

MUNHOZ, GARCIA D. **Os Déficits do Setor Público brasileiro. Uma avaliação**. UNB/Departamento de Economia, Brasília: Texto para discussão n. 123, julho 1984, p. 109.

PIVA, H. L. **Jornal Valor Econômico**, São Paulo: Presidente da FIESP, 2000.

SADER, E. **ALCA: integração, soberania ou subordinação?** São Paulo: Expressão Popular, 2001.

VALVERDE, S. R.; TEIXEIRA, E.C. & SILVA, M. L. da. Impactos da liberalização do comércio internacional nos produtos florestais da economia brasileira. **Revista Árvore**, Viçosa, MG, v. 21, n. 2, p. 243 – 251, 1997.

VIEIRA, W. C. da.; CARVALHO, F. **Mercosul: agronegócios e desenvolvimento econômico**. Viçosa, MG, p. 47 – 62, 1997.